OLISIPO

Boletim do
Grupo Amigos de Lisboa

N.os 123/124 — ANO XXXI — Julho / Dezembro 1968

RAMOS AFONSO & MOITA
LIMITADA

OFICINAS
GRÁFICAS

RUA DE «A VOZ DO OPERÁRIO», 5-A
TELEF. 86 30 74 / LISBOA-2

EDIÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

INVENTÁRIO DE LISBOA
NORBERTO DE ARAÚJO

LISBOA ANTIGA — BAIRROS ORIENTAIS
JÚLIO DE CASTILHO

LISBOA ANTIGA — O BAIRRO ALTO
JÚLIO DE CASTILHO

LISBOA DE LÉS-A-LÉS
LUÍS PASTOR DE MACEDO

LISBOA SEISCENTISTA
FERNANDO CASTELO BRANCO

AS MURALHAS DA RIBEIRA DE LISBOA
AUGUSTO VIEIRA DA SILVA

A RIBEIRA DE LISBOA
JÚLIO DE CASTILHO

LISBOA — OITO SÉCULOS DE HISTÓRIA
OBRA EM COLABORAÇÃO, DIRIGIDA POR GUSTAVO DE MATOS SEQUEIRA

PARQUE MUNICIPAL DE TURISMO E CAMPISMO
JANINE QUINTIN E JOÃO PINA VIDAL

MONUMENTOS DE LISBOA
MAIA ATHAYDE

ESTUFA FRIA
JEAN CHABLOZ

ARREDORES DE LISBOA
ESTER DE LEMOS E MAIA ATHAYDE

MIRADOUROS DE LISBOA
JOÃO PINA VIDAL

JARDINS DE LISBOA
NATÉRCIA FREIRE

O CARMO E A TRINDADE
GUSTAVO DE MATOS SEQUEIRA

CASAS DA CÂMARA DE LISBOA
LUÍS PASTOR DE MACEDO E NORBERTO DE ARAÚJO

A CERCA FERNANDINA
AUGUSTO VIEIRA DA SILVA

A CERCA MOURA DE LISBOA
AUGUSTO VIEIRA DA SILVA

CONQUISTA DE LISBOA AOS MOUROS (1147)
NARRAÇÕES PELOS CRUZADOS OSBERNO E ARNULFO
TRADUÇÃO PARA PORTUGUÊS POR JOSÉ AUGUSTO DE OLIVEIRA

EPIGRAFIA DE OLISIPO
AUGUSTO VIEIRA DA SILVA

PORTAS E BRAZÕES DE LISBOA
LUÍS FERROS PONCE DE LEÃO

O TEJO
MÁRIO PIRES

FIDELIDADE
1835

SEGUROS
L. do Corpo Santo, 13
Telef. 3 03 21 — LISBOA

VISTA ALEGRE

Porcelanas

●

LOJAS:

Largo do Chiado, 18 — LISBOA
Av. Navarro, 42 — COIMBRA
R. Cândido Reis, 18 — PORTO
R. St.ª Isabel, 21 — PORTIMÃO

SEDE

L. BARÃO DE QUINTELA, 3-1.º

LISBOA

Objecto
2005-12-

OLISIPO

BOLETIM TRIMESTRAL

ANO XXXI — JULHO/DEZEMBRO DE 1968 — N.os 123/124

Direcção, Edição e Propriedade
do
GRUPO «AMIGOS DE LISBOA»

Redacção e Administração: Largo Trindade Coelho, 9, 1.º – Tel. 32 57 11
Comp. e imp. de Ramos, Afonso & Moita, Lda. – S. Vicente de Fora – R. Voz do Operário, 5-A

SUMÁRIO

PLANO DIRECTOR DE LISBOA — Mensagem do Grupo «Amigos de Lisboa» à Excelentíssima Câmara Municipal 173

APRESENTAÇÃO DO SEGUNDO VOLUME DOS «CONTOS POPULARES E LENDAS COLIGIDOS POR LEITE DE VASCONCELLOS pelo *Dr. Paulo Caratão Soromenho* 181

LISBOA VISTA PELOS ESTRANGEIROS — J. E. S. 192

PINHARANDA GOMES pelo *Dr. Paulo Caratão Soromenho* 196

SITUAÇÃO DE SANTO ANTÓNIO NA FILOSOFIA PORTUGUESA por *Pinharanda Gomes* 198

VISITA AOS OLHOS DE ÁGUA pelo *Eng.º Amílcar de Melo* 218

POESIA OLISIPONENSE por *Teodoro Lopes Ramos* e *Christina Bérens Freire* 223

RELATÓRIO DA JUNTA DIRECTIVA RELATIVO AO ANO DE 1967 225

PARECER DA COMISSÃO DE CONTAS REFERENTE AO MESMO EXERCÍCIO 230

ACTIVIDADE CULTURAL REFERENTE AO ANO DE 1968 231

FEIRA DA LADRA 240

CAPA: Uma Quinta dos Olivais (à Rua Cons. Mariano de Carvalho) — Desenhos de *J. A. Videira*

VINHETAS DE *J. A. Videira* e *Figueiredo Sobral*

Distribuição gratuita a todos os sócios

Os artigos aqui publicados são de exclusiva responsabilidade dos seus autores

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

CORPOS GERENTES DO GRUPO «AMIGOS DE LISBOA»

JUNTA DIRECTIVA

Presidente — Prof. Doutor Fernando Freitas Simões
Vice-Presidente em exercício — Eng. Júlio Eduardo dos Santos
Secretário-Geral — Doutor Eduardo Augusto da Silva Neves
Secretário-Geral Adjunto — Fernando Dias Pereira
Tesoureiro — Hugo Raposo
Vogais — Dr. Alberto Gomes
Dr. Paulo Caratão Soromenho
Adolfo Simões Müller
Dr. José Pedro Machado

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente — Dr. Álvaro do Amaral Barata
Vice-Presidente — Prof. Armando de Lucena
1.º Secretário — Joaquim Pascoal Rodrigues
2.º Secretário — Marcial Pereira Mendes

COMISSÃO DE CONTAS

Presidente — Coronel Aníbal Afra Nozes
Secretário — Hygino Nunes da Silva
Relator — Dr. Francisco Gonçalves do Couto Santos

PLANO DIRECTOR DE LISBOA

Mensagem que, a propósito da sua aprovação pela Excelentíssima Câmara Municipal, o Grupo «Amigos de Lisboa» entregou, em 28 de Agosto de 1968, a Sua Excelência o Presidente do Município.

Ex.mo Senhor Presidente da Excelentíssima Câmara Municipal de Lisboa:

Acerca do Plano Director de Lisboa, que foi objecto da douta proposta de aprovação assinada por V. Ex.ª, presente em sessão camarária de 27 de Novembro de 1967, tem o Grupo «Amigos de Lisboa» a honra de entregar a V. Ex.ª a presente mensagem, que não pretende ser reflexo de pormenorizado exame crítico, mas sobretudo — desde já se acentua — expressão de júbilo pela conclusão de trabalho tão valioso e de profunda influência na vida futura da Capital.

A existência de um plano director de tal finalidade foi, desde a fundação do Grupo, aspiração bem vincada, tendo mesmo sido a primeira das suas manifestações de vulto, entre tantas que tem promovido a bem da Cidade, a elaboração de um estudo dessa natureza. Isso justifica o regozijo acabado de exteriorizar.

Em 23 de Janeiro de 1938, os «Amigos de Lisboa» entregaram à Excelentíssima Câmara Municipal extensa representação, que foi impressa e largamente distribuída, sob o título *A Urbanização de Lisboa*, da qual constava em esboço um *Plano Geral dos Melhoramentos de Lisboa*. Agindo dessa forma observava o Grupo o superior imperativo dos seus estatutos, que lhe impõem como fim (que não é descabido recordar): contribuir para o estudo e solução dos problemas de urbanismo e expansão de Lisboa; defender o património artístico, monumental e documental olisi-

ponense; criar por todos os meios ao alcance dos sócios opinião pública, que reforce a acção colectiva da agremiação, e estímulo que desenvolva o gosto pelos assuntos que interessam à Capital e seus arredores; e dar o seu concurso, sempre que lhe seja pedido, a instituições oficiais e particulares que se ocupem da administração, defesa e progresso expansivo de Lisboa.

Decorridos trinta anos, como se modificou a posição do grande problema da urbanização do maior e, em todos os aspectos, primeiro agregado populacional português!

Com desvanecimento recordamos as palavras iniciais da sobredita exposição do Grupo:

«Lisboa não é só, como Lisboa-Cidade, um pormenor do conjunto da Nação: é a sua expressão sintética, o seu átrio e a sua melhor sala de receber, a que dá à maioria do Turismo que só a vê, e por ela julga o País, a noção global do território, de toda a nossa vida social e de toda a cultura portuguesa. Não pode equiparar-se Lisboa a qualquer outra nossa cidade, para distribuição de mercês e para os cuidados a ter. A sua formação singular evidencia-se e separa-a, exigindo atenções especiais. O alinho e o arranjo da Capital, a sua urbanização, é um assunto da maior importância e há-de fazer-se para o seu estudo um cadastro geral de todas as insuficiências, de todos os sintomas e de todas as necessidades. Só então o problema, que é rigorosamente científico, pode ser encarado. O urbanismo é, de há muito, uma ciência completa: tem regras inflexíveis. Nada é indiferente na complexa empresa de urbanizar uma cidade. Sem um plano maduramente reflectido e estudado, a urbanização é impossível.»

Nessa convicção, o Grupo «Amigos de Lisboa» elabora o trabalho em referência, por intermédio da sua Secção de Estudos de Estética e Urbanização, que se baseou em estudo prévio do saudoso olisipógrafo e seu sócio fundador Dr. Alberto Mac-Bride, documento onde se acentuou o desejo de que nele se visse, além da utilidade que pudesse ter e das boas ou más ideias apresentadas, a firme e sincera vontade desta então jovem associação de colaborar no engrandecimento da Cidade.

Na época em que isto ocorreu, não possuía ainda Lisboa um plano geral de melhoramentos, apesar de três quartas partes da sua área estarem ainda por urbanizar, circunstância focada na representação, que, em rápida síntese, enumerava algumas tentativas que, desde o longínquo ano de 1856, haviam sido feitas no objectivo de conseguir-se eliminar tal lacuna, e recordava significativos casos, que se tornava necessário remediar, e os graves transtornos provenientes de tão lamentável carência.

Se relembrar esta atitude dos «Amigos de Lisboa» nos dá o prazer que sempre causa falar do dever cumprido, mais grato nos é ainda referir o excepcional acolhimento que esta iniciativa teve por parte da Excelentíssima Câmara, ao tempo presidida pelo ilustre estadista Eng.º Duarte Pacheco que, acompanhado pelo secretário da Câmara, chefes de serviço e outro pessoal superior, se dignou receber no salão nobre dos Paços do Concelho a Junta Directiva e numerosos sócios do Grupo. Muito significativa foi a larga reportagem do acontecimento na Imprensa, sobretudo em «O Século» e «Diário de Notícias», do dia imediato, acompanhada, no segundo destes jornais, da transcrição do essencial da mensagem e plano apresentados.

O Dr. Alberto Mac-Bride, que leu o importante documento, frisou que a Excelentíssima Câmara podia contar com a colaboração da colectividade «para o engrandecimento da Cidade, a qual podia aspirar a ser, de novo, uma das primeiras do Mundo».

O Presidente manifestou o seu apreço por muitas das ideias expostas na representação e «pela valiosa colaboração que vai dar à Câmara de Lisboa». Referiu-se depois a estudos já existentes, como o elaborado em 1881, o mais interessante, o do Parque Florestal e o da zona do Instituto Superior Técnico, tendo declarado, segundo o relato do «Diário de Notícias»:

> «Recebo com muito prazer a contribuição para o estudo da urbanização da Cidade, elaborada pelos «Amigos de Lisboa». Da sua rápida leitura — prosseguiu — colhi a impressão de que atribuem a este trabalho o significado de uma vontade sincera, disposta a contribuir para o engrandecimento de Lisboa. Assim o entendo. É uma contribuição valiosa que trazem à Câmara.»

Tais palavras, proferidas por quem tanto se distinguiu, quer na presidência do Município quer por extraordinária e inovadora actividade como titular da pasta das Obras Públicas, foram preciso incentivo para os «Amigos de Lisboa», que na mesma senda têm prosseguido, sempre a bem dos interesses e prestígio da grande Metrópole, assim honrando o esforço dos seus primeiros dirigentes, alguns dos quais ainda hoje o continuam com o entusiasmo da primeira hora.

★

Embora reconhecendo não faltar interesse a um exame pormenorizado do exposto pelo Grupo em 1938, limitamo-nos a rápida transcrição

de alguns período do seu trabalho, demonstrativos do aspecto crítico e construtivo que o caracterizava.

Assim, nele se esclarecia que «segundo o que a nossa Secção de Estudos de Estética e de Urbanização conseguiu apurar, quando em 1856 se mandou proceder ao levantamento da planta da Cidade, na escala de 1/1000, o fim principal deste trabalho era para ele servir de base ao estudo de um plano geral de melhoramentos, porquanto, uma vez essa planta concluída, foi, pela Lei de 31 de Dezembro de 1864, determinada a elaboração do referido plano. Lisboa tinha por esse tempo apenas 1278 hectares de superfície e 197 649 habitantes. Infelizmente, a despeito dessa obrigação e da necessidade evidente de se proceder a esse trabalho, chega-se à actualidade, passando mais de setenta anos, sem que essa lei tivesse sequer começo de execução, apesar de a cidade ter hoje 8245 hectares e 637 000 habitantes.

«Com efeito, nem o plano aprovado em sessão de 7 de Fevereiro de 1881, pode considerar-se um *plano geral de melhoramentos na cidade*, por constar, apenas, em planta, do traçado de novas ruas e rectificações dos alinhamentos de muitas das existentes, e tudo desacompanhado de perfis, orçamentos e memórias justificativas, nem os aprovados em 21 de Julho de 1879 (Avenida da Liberdade), e em 13 de Abril de 1889 (Zona das Picoas), como tal podem ser tomadas, visto não passarem, em definitivo, de *alargamentos parciais* da Cidade. Parcial foi também a tentativa do Plano de Esgotos, que do Plano Geral de Melhoramentos deve formar um capítulo, não independente como se pretendia, mas subordinado à solução do problema em conjunto. Parcial foi ainda, embora já com objectivos mais largos, no plano de melhoramentos da Cidade aprovado em 17 de Novembro de 1904 (Parque Florestal), da autoria do Eng.º Ressano Garcia, assim como o aprovado em 7 de Abril de 1928 referente ao prolongamento da Avenida Almirante Reis e dos arruamentos da zona do Instituto Superior Técnica. [...] Os inconvenientes que da falta do referido plano têm resultado para a cidade de Lisboa são evidentes.»

Tais considerações foram completadas por expressivos exemplos do malogro de adequadas soluções urbanísticas, resultado da anarquia gerada pela falta de um plano; depois, pela forma de se elaborar o plano (por concurso público, pela Câmara ou por uma comissão técnica nomeada pelo Estado); por fim, pelo esboço do *Plano Geral dos Melhoramentos de Lisboa.*

Continuou o Grupo prestando a melhor atenção a este problema; assim, pouco depois, o presidente da respectiva assembleia geral e antigo presidente da Câmara Municipal, Dr. Levy Marques da Costa, analisou-o

em excelente artigo inserto no Boletim *Olisipo*, n.º 2, de Abril de 1938, tendo ainda hoje muito interesse as suas pertinentes observações.

Agora, a posição dos «Amigos de Lisboa» é diferente. Resta-lhes, a bem dizer, congratularem-se pela conclusão do *Plano Director de Lisboa*, elaborado com proficiência e prolongado estudo por numeroso grupo de especialistas nas questões fundamentais e acessórias de que se ocupa. Por isso, aqui deixam expressa a sua admiração pelo pensamento que ditou esse arrojado empreendimento.

Fora as linhas basilares, que não podem deixar de merecer concordância, encontram-se focados no Plano muitos aspectos de pormenor (além dos ligados a problemas estranhos à acção municipal, como entre outros a reorganização do nó ferroviário de Lisboa), alguns só levemente esboçados, como os concernentes à oportunidade e localização de implantações na zona disponível da Cidade. São facetas restritas, que não afectam as directrizes do Plano. Portanto, só oportunamente o Grupo «Amigos de Lisboa» terá a honra de apresentar à Excelentíssima Câmara algumas sugestões, umas já em projecto, como resultado de alvitres apresentados nos seus habituais *Colóquios Olisiponenses* ou de questões em estudo pela Junta Directiva; outras sugeridas pelo conhecimento do *Plano Director*.

No entanto, tomamos a liberdade de submeter já ao alto critério de V. Ex.ª algumas pequenas observações.

★

Sobre a rede do Metropolitano, notamos que, quanto a futuros traçados, haveria possìvelmente vantagem de estudar a ligação dos três troços existentes (Rossio - Sete Rios, Rossio - Entrecampos e Rossio - Anjos, este depois da chegada da linha a Alvalade), da forma seguinte: 1.º Ligação Sete Rios - Entrecampos, a qual serviria o Hospital de Santa Maria; 2.º Entrecampos-Alvalade. Esta sugestão é feita sem qualquer estudo técnico prévio, como o efeito de diferenças de nível, mas apenas baseada na vantagem que adviria (segundo pensamos) para o deslocamento do público e o movimento, já notável, daquele grande estabelecimento hospitalar.

Salientamos que o *Plano Director* contém elementos informativos de grande relevância, que podem servir — e certamente servirão — para futuros e importantes estudos: as oscilações da população citadina, a política fundiária, a localização das explorações industriais, que não implica

sòmente questões de técnica mas também de ordem social, a dispersão das administrações governamentais e corporativas, e outros de grande acuidade. Darão proveitosamente aos estudiosos excelentes temas para trabalhos especializados e de permanente renovação, numa época em que tudo corre velozmente, em que as actividades técnicas e sociais transformaram a sua evolução, de tal modo que antigamente se calculava por milénios o que no presente se mede por decénios — como em imagem bem realista disse há pouco um estadista francês. Tenha-se em vista a influência do êxodo rural, que, no nosso País, mostra tendência para alteração, devido ao menor aproveitamento no estrangeiro da mão-de-obra portuguesa, inesperada situação surgida há bem pouco tempo.

Deixando, porém, tais aspectos, foquemos apenas alguns casos de pormenor.

O projecto de implantar cemitérios (de feição *cemitério-parque*) em pontos distantes, na zona disponível da Cidade — um, a noroeste do aeroporto; outro, em Monsanto —, antolha-se-nos não só ajustada solução para uma grave situação exposta no Plano, como necessitada de rápida execução.

Cremos que a escolha da localização desses futuros cemitérios não ocasionará dificuldades inerentes à obtenção dos respectivos terrenos, o que muito facilitará o empreendimento. Da urgência de enfrentar a questão, afigura-se-nos dispensável falar. O assunto está claramente exposto nas considerações que lhe são dedicadas naquele desenvolvido trabalho. Nele se alude à impossibilidade de aumentar mais a área dos cemitérios ora existentes. Impossibilidade, não diremos que exista; o que se verifica é inconveniente de prosseguir na solução que tem sido adoptada. Falando só dos pequenos cemitérios de Lisboa, é de recordar que tinham uma função local, não aquela que depois veio a ser-lhes atribuída e que, pela conquista de novos terrenos, os transformou em relativamente grandes. Veja-se o que tem sucedido — melhor, o que está sucedendo — com o de Benfica, cujo crescimento se está fazendo paralelamente ao de um bairro (inteiramente novo), cujos imóveis, pode dizer-se, são contíguos aos muros desse campo-santo. Não é nosso propósito exagerar a questão da higiene, já suficientemente debatida, quanto aos cemitérios, em conferência promovida pela Excelentíssima Câmara em 1941 (*Sobre Cemitérios*, pelo inspector-chefe de Saúde Pública, Dr. Carlos d'Arruda Furtado), mas é certo que muitos outros aspectos do problema podem ser invocados em defesa da vantagem e urgência do propósito referido no Plano.

Também nele se cita a circunstância de estar a Cidade bem servida quanto a grandes estádios, mas insuficientemente de terrenos destinados exclusivamente a práticas desportivas, «os quais deverão ser incluídos nos equipamentos de bairros a prever ou a remodelar». Digna de franco aplauso esta orientação e o que a Excelentíssima Câmara já tem feito nesse sentido. Eis uma norma merecedora de atenção especial, porque se os estádios são recintos para espectáculos, portanto de função que se não reflecte em vantagem para a educação física e saúde de todos os que os presenciam, as sobreditas práticas desportivas são de imediato interesse individual e generalizado.

Outros aspectos da transformação da Cidade não dependem exclusivamente da Excelentíssima Câmara, mas mesmo esses devem ser considerados, porque uma determinada e bem fundamentada orientação municipal pode vir a influenciar resoluções futuras. A valorização de locais enobrecidos pela História e pela Arte é, há muito, constante preocupação municipal, e de tal orientação têm provindo notáveis empreendimentos. Quanto nesse particular puder fazer-se traduzir-se-á por real benefício para a Cidade, cujo património monumental não é de riqueza notável, pelo que urge valorizá-lo ao máximo possível, sobretudo numa época em que o turismo ascendeu a plano inesperado.

De uma valorização desta natureza nos lembramos de momento, embora ela não dependa, na parte essencial, da Excelentíssima Câmara. Queremos referir-nos ao Campo de Santa Clara, integrado num percurso turístico de grande importância (Museu Militar, Panteão Nacional, S. Vicente, acesso ao Castelo, Miradouro de Santa Luzia, Sé e Igreja - Casa de Santo António). A recente conclusão da famosa igreja de Santa Engrácia veio dar excepcional relevo ao problema urbanístico da zona envolvente do grande monumento.

Não emitir o Grupo qualquer voto sobre o assunto, que em duas comunicações integradas já nos citados *Colóquios Olisiponenses* foi desenvolvidamente estudado por um sócio; não obsta isso, porém, a que lhe façamos referência. Aliás, uma súmula desse trabalho foi inserta em *Olisipo*, n.os 115/116, de Julho/Outubro de 1966. Além de várias sugestões (urgência de estabelecimento, em diploma legal, do perímetro de protecção ao Panteão Nacional, rápida demolição do velho Mercado de Santa Clara, etc.) ocupou-se o autor do que considera essencial e implica o desaparecimento do velho e inestético edifício do ex-«Conventinho», hoje sem qualquer significado histórico ou espiritual.

O resumo das suas considerações pode enunciar-se desta forma: a eliminação daquele imóvel não visaria apenas a desafrontar o Panteão (do qual, do lado norte, está apenas a uns dez metros...). É que esta maravilha arquitectónica reconquistaria assim o seu primitivo lugar, isto é, as condições do ambiente consideradas pelo seu arquitecto. Desaparecido esse estorvo, poderia construir-se uma muralha (à semelhança da que se nota próximo do Hospital da Marinha) na parte norte do terreno ocupado pelo «Conventinho», com parapeito balaustrado, o que permitiria admirar em toda a sua grandiosidade o Panteão. Assim, a quem chegasse ao Campo de Santa Clara, vindo de S. Vicente, deparar-se-ia (sem o obstáculo de uma pequena demolição, já prevista) um maravilhoso conjunto; mas mais imponente seria ainda o quadro para quem entrasse pela Praça Dr. Bernardino António Gomes, isto é, pelo extremo oriental do Campo de Santa Clara: à esquerda, o Panteão Nacional desafrontado; ao fundo, a mole gigantesca de S. Vicente! Lisboa ficaria a possuir mais uma zona de excepcional beleza e grandiosidade...

★

Referida acima a nossa intenção de submeter oportunamente à alta apreciação de V. Ex.ª algumas sugestões concernentes a pormenores de urbanização citadina, ilibados ficamos do reparo, que poderia ser feito, de aludirmos ao tão notável empreendimento da conclusão do *Plano Director de Lisboa* com uma exposição, quase carecida de alvitres originais. É que — repetimos — esta mensagem é simples, embora entusiástico, testemunho do nosso aplauso, como munícipes, ao esforço da Excelentíssima Câmara no sentido de dotar a Cidade com um elemento fundamental para o seu progresso, e de exteriorização do nosso íntimo júbilo pelo triunfo de uma ideia, que o Grupo «Amigos de Lisboa» desde a sua origem tem estudado com o maior carinho.

APRESENTAÇÃO DO SEGUNDO VOLUME DOS "*CONTOS POPULARES E LENDAS*" coligidos por Leite de Vasconcellos

pelo DR. PAULO CARATÃO SOROMENHO

> «Positivamente, contar histórias é uma das mais belas ocupações humanas: e a Grécia assim o compreendeu, divinizando Homero, que não era mais que um sublime contador de contos da carochinha. Todas as outras ocupações humanas tendem mais ou menos a explicar o homem; só essa de contar histórias se dedica amàvelmente a entretê-lo, o que tantas vezes equivale a consolá-lo.»
>
> (*Correspondência,* de Eça de Queirós, carta aos Condes de Arnoso e de Sabugosa, datada de Paris em 8-II-1895)

> «...entre os homens todos os contos vem ter a fim de mulheres...»
>
> (Bernardim Ribeiro, *Menina e Moça*)

Nesta 61.ª sessão dos Colóquios Olisiponenses contam-se quatro anos sobre a 49.ª sessão, em que nesta mesma sala apresentei aos Amigos de Lisboa o primeiro volume dos *Contos Populares e Lendas,* coligidos durante a longa vida pelo grande mestre e sábio de celebridade universal Doutor José Leite de Vasconcellos. Hoje estamos a 18 de Julho; os quatro anos que separam as apresentações dos dois volumes perfizeram-se anteontem. Uma diferença, porém: há quatro anos o primeiro volume estava já impresso e não ainda em distribuição; agora apenas posso mostrar 560 páginas impressas do volume, que virá a contar mais de 800, quando for entregue à Cultura, daqui a meses.

Já então expliquei, e agora recordo, que a tarefa de coordenar a enorme colecção conseguida pelo Doutor Leite nos foi entregue, a minha Mulher e a mim, nos últimos dias do Inverno de 1958: eram maços informes de textos manuscritos por muitas pessoas de preparação intelectual muito diversa. A caligrafia apresentava, portanto, as mais variadas formas, desde a que correspondia por inteiro à etimologia da palavra até à imperfeita, por ignorância, à caprichosa, por fantasia, à irregular, por desleixo. A ortografia mostrou-se não menos perturbante, pois se nos deparou a de tipo *pessoal* (no século passado e ainda neste, inúmeros intelectuais criaram sistemas de escrita próprios — uns com critério científico, outros pretensiosamente), como a incorrecta e a delirante, além da imitativa da linguagem popular ou dialectal... Permito-me, desses manuscritos, referir os do talentoso caricaturista Francisco Valença, que copiou, na sua cuidada letra, um grande número de contos, da ilustre escritora Ana de Castro Osório, cuja letra embora feia era perfeitamente legível, e do Doutor Leite — com caligrafia para nós *familiar,* apesar da profunda modificação sofrida no decorrer das décadas ou das deficiências provenientes das circunstâncias incómodas em que muitas vezes tomava notas: de pé, na rua ou no campo, no comboio, no eléctrico ou sobre o cavalo, em bocados de papel que o tempo queimou ou a má arrumação rasgaria.

O que tivemos de fazer depois — após estes trabalhos de interpretação — não é para agora contar (até porque já o fizemos, por escrito e oralmente, noutros locais), e se me referi agora a eles o motivo esteve apenas no desejo de expor aos Amigos de Lisboa uma introdução explicativa da nossa actividade.

Da coordenação que fizemos nasceu o primeiro volume, composto e impresso na Livraria Atlântida, de Coimbra, «por ordem da Universidade», com 734 páginas, compreendendo «Duas Palavras», pelo Prof. Doutor Orlando Ribeiro, uma introdução, 340 contos dos ciclos dos Animais, da Bela e o Monstro, de Cristo e São Pedro, dos Enigmas e dos Entes Sobrenaturais, e ainda os índices de coleccionadores e narradores, dos locais de recolha e geral.

Na apresentação que fiz em 1964, referi-me naturalmente às características e valor da obra, à importância dos estudos etnográficos e ao interesse que Lisboa pode manifestar neste campo científico, e fiz com comentários a leitura completa ou o resumo de sete contos de origem lisboeta (entendendo-se aqui por *origem* o tema do conto ou o sítio onde foi recolhido).

Decerto que a apresentação deste segundo volume exige uma pequena explicação: os contos ocupam 466 páginas e distribuem-se pelos ciclos de Entre Marido e Mulher (50), das Facécias (138), da Gata Borralheira (28), das Heranças (11), dos Instrumentos Maravilhosos (6), de Nossa Senhora (23), dos Pecados Mortais (41), do Pedro das Malas-Artes (25), do Sabor dos Sabores (4), e pelo apêndice (8), num total de 334 textos.

A parte das lendas (cerca de 420) encontra-se incompleta, na tipografia, pelo que não me proponho falar hoje dela, até porque o lendário tem estado a cargo da minha Mulher, e deste modo estou menos à vontade ao ocupar-me de tal assunto. Contudo os etnógrafos que desejem interessar-se por Lisboa aí terão muito que colher e respigar.

Nos contos seguintes, inteiros ou sumariados, ouve-se a voz de Lisboa — nasalada, como anotou Mário Saa; cantarolada, distinguiu Júlio de Castilho; muito cantada, fina, aflautada, ouvia Eça de Queirós, que no entanto reparava nas «frases pandilhas, afadistadas como só Lisboa as pode criar»; pedante e amaneirada nos empregados de balcão da Baixa, na observação do Dr. João da Silva Correia; «com umas tonalidades roucas, de sentimentalismo canalha», na canção dos fadistas, segundo José Maciel Ribeiro Fontes; todavia Alberto Pimentel reconheceu que a linguagem amorosa dos fadistas, ininteligível aos profanos, abunda em graciosos diminutivos, com poéticas e hiperbólicas imagens; Tinop conta que «A alta sociedade de Lisboa de 1850 tinha uma pronúncia muito cantada, uma articulação mole, uma sorte de balbuciência fatigada, preguiçosa, na qual se notava profundo desprezo pela arte vulgar da palavra. E os actores tinham uma pronúncia imitada da melopeia francesa, conforme Emílio Doux lhes ensinara.» (*Lisboa de Outrora,* I, 218). Verney deu-lhe a preferência entre todas as vozes de Portugal; Andrés González Blanco escutou «esa dulzura cadenciosa que toma el portugués en labios de servidores» na boca de um sacristão do Loreto.

a) Conto N.º 386, *Os Fidalgos D. José* e *D. João*. Foi enviado por uma senhora de Lisboa a D. Ana de Castro Osório, que o ofereceu ao Doutor Leite. Segue o texto completo:

«Um rei gostava muito destes dois fidalgos. D. José era dum belo carácter, e D. João muito invejoso, e por este motivo foi dizer ao rei que D. José tinha dito que era capaz de casar com uma senhora mais formosa, mais virtuosa e mais discreta que a rainha. O rei, que tinha a rainha sua

esposa em grande conta, ficou muito escandalizado e mandou chamar D. José, e disse-lhe:

— D. José, consta-me que disseste que eras capaz de casar com uma senhora mais formosa, mais virtuosa e mais discreta que a rainha. Mais formosa poderás encontrar, mas mais virtuosa e discreta não, e, então, muito me ofendeste, e mando-te matar.

— Real Senhor, respondeu o fidalgo, isso é falso. Eu não era capaz de o dizer mesmo que o pensasse, para não ofender Vossa Majestade.

Respondeu o rei:

— Já que o negas, o espaço que te dou é de um ano, e, se dentro de um ano, não encontrares uma senhora nessas condições, mando-te matar.

Ele então pediu licença ao rei, durante esse ano, para se ausentar. O rei concedeu-lhe licença.

Chegou a outro reino, aonde encontrou um amigo. Falaram-se e continuaram a passear. Passaram por defronte de um palácio em que estava, numa das janelas, uma dama, que o amigo de D. José cumprimentou. Assim como D. José disse «Que formosa senhora!», responde o amigo:

«Formosa em toda a *extensão* de palavra; uma senhora muito digna. Se o amigo quer, eu sou visita da casa, hoje há reunião, o amigo chega de novo a este reino, não é de admirar que eu o apresente indo em minha companhia.»

D. José agradeceu e aceitou. Foi apresentado aos donos da casa e a essa senhora. Conversou e dançou com essa senhora, gostando tanto dela e ela dele que ele pediu-a em casamento e mandou pedir licença ao rei para contrair matrimónio, visto parecer-lhe ter encontrado a senhora nas condições que Sua Majestade exigia. O rei mandou-lhe a licença. Ele casou, regressando ao seu reino, mas não veio assistir na corte; foi para uma casa de campo. D. João continuava com inveja de D. José e veio dizer ao rei que D. José tinha casado, que a senhora não deixava de ser formosa, mas muito longe de ser virtuosa e discreta, porque ele tinha estado em casa de D. José e ceara em companhia da esposa dele, conversando com ela e por isso a avaliou. O rei ficou muito escandalizado e mandou-o chamar e disse-lhe:

— D. José, ainda não me apresentaste tua esposa.

— Senhor, ainda não passou o prazo. Eu não faltava a esse dever.

— Sim, mas também me consta que tua esposa está muito longe de ser virtuosa e discreta, e por isso ficas preso e vais a morrer.

Ficou D. José preso e escreveu a sua esposa e mandou-lhe dizer que ia a morrer. Ela, que faz? Mandou fazer um gibão e um sapato: o gibão só com uma manga, bordado com as suas jóias ali aplicadas. Meteu-se num carro todo ajaezado de campainhas, mais os criados, e dirige-se para o lugar da execução. Quer romper, o que não é possível, e não a querem deixar passar. O rei pergunta o que é e dá ordem para que a deixem passar. Pára o carro defronte da varanda, aonde estava o rei, estando D. João ao lado. Ela pôs-se em pé no carro e diz:

— Justiça, Senhor! Aqui de el-rei contra D. João, que me tirou um sapato e a manga deste gibão!

O rei volta-se para D. João e diz:

— Que dizes a isto D. João?
— Senhor, como é possível isso, se eu nunca a vi, não a conheço?

Responde ela:

— Nunca me vistes, não me conheceis, e viestes dizer ao rei que tínheis ceado em minha casa e conversado comigo! Desta maneira destes sinais falsos a meu respeito.

O rei viu a discrição desta senhora, mandou soltar D. José e foi D. João condenado à morte.»

O conto foi passado à linguagem escrita por pessoa de certa cultura, mas tem elementos antigos, decerto transmitidos oralmente e que a colectora amaneirou ao ouvi-lo da boca do narrador ou narradora. A justiça imediata, a procura de esposa em vagabundagem pelo Mundo, a intriga ouvida e aceita sem comprovação, e a solução teatral no momento da execução — são os citados elementos tradicionais de inúmeros contos, que fazem recuar o leitor ou o auditor alguns séculos, até à justiça absolutista (cruel, mas legal) e que foi adulterada na memória popular para a justiça despótica (caprichosa e imediata, sem julgamento pois).

b) Conto N.º 443, *O Senhor Manuel Balente.* Oferecido por D. Ana de Castro Osório. Eis o resumo: Uns galegos regressavam em grupo à terra, chefiados pelo Manuel Balente. No caminho fazem inúmeras tolices, são enganados por um soldado português, pretendem uma valentia que não possuem.

A história, que D. Ana de Castro Osório publicou em *Para as Crianças,* integra-se num subcapítulo das narrativas beóticas ou facécias, chamadas «as sete parvoíces». Aqui juntei um complemento lisboeta, que transcrevo:

«Conta-se que há algumas dezenas de anos havia na Buraca, sítio vizinho de Lisboa, um homem de influência, a quem o povo de lá resolveu homenagear numa festa pública. E cantava:

Vivam todos qu'aqui 'stão
Mais o Senhor Manuel Valente!
Viva a gente da Buraca
Mais a Buraca da gente!

A historieta parece ser mais um motejo étnico do que um facto autêntico.»

c) Conto N.º 549, *A Princesa Mimada.* Oferecido por D. Ana de Castro Osório, e recolhido em Viana do Alentejo. Existe, contudo, uma versão de Lisboa, obtida por Consiglieri Pedroso, publicada na *Revista Lusitana,* IV-V, «Contos populares portugueses» (N.º 5). Por esse motivo aqui dou o resumo:

Uma princesinha, órfã de mãe e por isso muito mimada do pai e da ama, viu um dia uma mulher idosa e feia que lhe perguntou se queria passar os trabalhos da vida em nova ou em velha. Aconselhada pela ama, respondeu que queria passá-los em nova, pelo que a mulher a agarrou, fugiu com ela e deixou-a sòzinha num bosque. Um rei, que andava caçando, encontrou-a e quis-lhe como filha; e assim também a rainha. Havia um príncipe, filho daqueles reis, que se apaixonou por ela, quando já crescidos. Casaram e tiveram um menino, que com dias de vida desapareceu de junto da mãe e, como ela tinha a boca ensanguentada, com o dedo mínimo dentro, foi acusada de ter comido a criança! Perdoada pelo muito amor do marido, teve novo filho a quem sucedeu o mesmo, em iguais circunstâncias, pelo que foi condenada à morte. Um fidalgo, que acreditava na inocência dela, fingindo-se indignado, pediu que lha entregassem para ele a castigar cruelmente. Levou-a para um bosque, arranjou-lhe uma cabana e lá a deixou. Entretanto o marido, supondo-se viúvo, resolveu, para assegurar a sucessão, casar novamente e mandou pedir retratos aos reinos vizinhos. O pai da desgraçada princesa contou aos embai-

xadores o desaparecimento da filha e mostrou-lhes retratos, onde eles reconheceram a princesa, pois a tinham visto em criança. Informado o pobre marido pelo fidalgo que a salvara e que contou tudo, foram-na buscar e levaram-na ao pai. No meio da alegria do reencontro, apareceu a velha com as crianças, recordando que a princesa seria agora feliz, pois já passsara os trabalhos.

É curioso observar que na apresentação do primeiro volume desta obra, me demorei na apreciação de um conto com base na antrofagia. Posso agora acrescentar algo ao assunto, que pela violência e horror constitui poderoso excitante, muito frequente, na novelística tradicional. Dois casos célebres ficaram a atestar na nossa História até onde podem conduzir a vingança e a fome: ambos decerto lendários, não deixam contudo de simbolizar circunstâncias possíveis. Refiro-me ao caso de D. Pedro I, acusado de ter trincado os corações de Pêro Coelho e de Álvaro Gonçalves, e ao da Nau Catrineta, onde lançadas sortes para a escolha de uma vítima destinada às práticas canibalescas, elas caíram no capitão-general. No ciclo da Gata Borralheira, a que pertence esta história, constitui elemento fundamental a prova feita pelos dedos ou pela língua, que em certos exemplos são suposta ou realmente comidos.

Um verso difícil do texto de Dante permite admitir que o Conde Ugolino de Pisa (séc. XIII), condenado com filhos e netos a morrer à míngua, tivesse comido os seus desgraçados descendentes — facto sem fundamento histórico. No entanto, a imaginação popular aceita com facilidade circunstâncias de excepção. Querem ver? Em 1740, a dona de uma taberna, na Ribeira de Lisboa, foi acusada de fornecer aos fregueses saborosa carne humana (é crença geral de que é a melhor de todas), pelo que as autoridades quiseram prendê-la. Fugiu a tempo, e apenas foi possível apanhar um preto, fornecedor, que lhe vendia a carne de cavalos velhos, esfolados por ele. Por sinal era meu vizinho, pois morava aqui ao Chafariz de Dentro...

E para que este assunto macabro e nada apetitoso termine alegremente, lembro o caso passado em certo navio perdido no mar alto, e cuja tripulação deitou sortes para se escolher quem servisse de alimento. Caiu a sorte num diabético, e assim o comandante prontamente advertiu os outros da doença do pobre homem; mas logo todos gritaram: «Para a sobremesa, para a sobremesa!» (1).

(1) Vid. ainda as lendas n.os 200-203, desta recolha leitiana.

d) Conto N.º 551, *A Menina que deita Pedras Preciosas dos Cabelos.* Mandado por uma senhora de Lisboa a D. Ana de Castro Osório, que o ofereceu ao Doutor Leite. Segue o resumo:

Uma menina e um menino, irmãos, perderam-se dos pais; três fadas encontraram-nos e fadaram a menina: que dos cabelos caíssem pedras preciosas, das mãos metidas na terra saíssem flores e quando metidas na água colhessem peixes. Quando o rapaz foi vender as jóias a um ourives, este desconfiando mandou-o prender. Foi levado à presença do rei, que não acreditou nele e lhe exigiu a presença da irmã. Quando a mulher que os recolhera soube da ordem real, mandou a própria filha em vez da rapariga, a quem cegou e expulsou de casa. Entretanto o rei, como nada de extraordinário tivesse acontecido, ordenou a prisão do rapaz. Foi a pobre menina protegida por um fidalgo, e a conselho de Nossa Senhora fez um ramo das suas flores e vendeu-as à sua antiga protectora, que a não reconheceu, por uns *olhos de gato;* como ainda tinha guardados os olhos da pequena, deu-lhos. Pediu, então, ao fidalgo que a levasse junto do rei, o qual sabendo toda a verdade casou com ela.

Esta narrativa é uma versão pobre, e por isso mesmo decerto mais exacta, de um outro conto, que D. Ana de Castro Osório recebeu de Setúbal, aperfeiçoado pela escritora nos pormenores e na linguagem e também publicado nesta colectânea sob o título de *Os Órfãos,* n.º 550, com a acção localizada em Lisboa. A narradora de Setúbal foi uma mulher do povo, idosa, chamada Mariana Abre e que sabia imenso de novelística oral. É de apontar na versão lisboeta a coexistência do maravilhoso popular, representado pelas fadas, e o maravilhoso cristão, expresso na presença de Nossa Senhora.

e) Conto N.º 565, *O Rei Turco.* Enviado por uma senhora de Lisboa a D. Ana de Castro Osório, que o ofereceu ao Doutor Leite. Pertence ao ciclo das Heranças, mas podia incluir-se sem dificuldade no ciclo dos Entes Sobrenaturais, pois o *rei turco* ou os *turcos* designam na nossa mitografia entidades míticas, mal definidas, idênticas umas vezes a olharapos, outras a lobisomens, a gigantes, a velhos, e talvez a papões, impròpriamente chamados ogres. São antropófagos, e podem não ter configuração especial, embora por vezes apresentem forma humana.

Neste conto o herói — designado Pequenino — realiza tarefas sobre-humanas, o que o identifica com o Peter Pan, dos Ingleses, ou o Petit-Poucet, dos Franceses; aparece na nossa novelística popular com os nomes

de Menino (simplesmente), Polegar, Miricos, Zdé Piqueno... Tendo recebido, por herança, e igualmente com os irmãos, apenas uma manta, troca as carapuças que o rei turco lhes pusera de noite, a fim de, confiadamente, os matar, sem os confundir com as filhas; feito jardineiro do rei e tornando-se namorado da princesa, sofre a inveja dos irmãos — reles criados — que o acusam de se gabar de poder tirar a coberta do rei turco, de lhe roubar o pássaro adivinhão e de prender o próprio rei turco: tudo realiza com êxito e vem a casar com a princesa.

f) Conto N.º 597, *O Ladrão e o Galego.* Mandado a D. Ana de Castro Osório por seu irmão Jerónimo, e oferecido ao Doutor Leite. Não se diz onde foi colhido, mas pelo texto pode depreender-se ser de origem lisboeta. O galego saiu de Lisboa para Tui, e regressa, depois de roubado, a refazer a vida nesta nossa cidade. A frase «que vinha de Lisboa» sugere que não foi escrita aqui, mas não impede que a proveniência do conto seja alfacinha. De resto, as inúmeras anedotas de galegos foram, na quase totalidade, inventadas pelos antepassados dos Amigos de Lisboa... Segue o texto completo:

«Era uma vez um célebre ladrão. No fundo não era dos piores. Gostava de roubar e de, quando em quando, dar um tirito, como quem não quer a coisa; isto era verdade, mas, quando roubava, metade era para ser distribuída pelos pobres.

Um dia, estando ele sentado numa pedra da estrada, passou um galego que vinha de Lisboa, caminho de Tui. Como visse o nosso amigo ladrão, foi por esperto pedir-lhe uma esmola, e com tal arte o fez que recebeu uma libra. O galego agradeceu-lhe muito e despedindo-se principiou a seguir o seu caminho. Porém, de repente, o galego, que era burro, lembrou-se de que se o homem lhe dera sem mais nem menos uma libra era porque tivera medo dele, e voltando para trás foi direito ao ladrão e disse-lhe: «Pranta já para aqui todo o dinheiro que tens, quando não dou-te com este bordão que te mato!»

O ladrão, admirado, ergue-se de súbito e tirando-lhe o bordão das mãos dá-lhe uma tão forte pancada que o bordão estoirou logo; e qual é o espanto do ladrão, vendo cair no chão uma grande quantidade de libras, que o galego havia escondido dentro do bordão, que era nada menos do que o seu cofre!

O galego sem cinco réis, a chorar, volta para Lisboa depenado, e levou mais vinte anos a reconstituir a sua perdida fortuna, que depois para nada lhe serviu, porque morreu.»

g) Conto N.º 604, *O Escravo*. Traduzido dum folheto inglês (*Stories and Sayings of Southern Europe: Old Stories and Sayings from Many Lands,* compiled by Isa Fyvie Mayo), por Paulo Caratão Soromenho. O texto inglês chama-se *Fury and Frankness*. Trata-se, como se verá na transcrição, de um conto de tema português e de ambiente lisboeta, mas parece antes a transmissão oral de um acontecimento verídico. Uma circunstância abona a minha hipótese. O *escravo* não é personagem dos contos populares. Este tipo de narrativas dá-nos uma pirâmide político-social concebida assim: Rei - Nobreza - Burguesia - Povo. Quanto à situação político-social, verifica-se nos conceitos populares o seguinte: Monarquia hereditária, despótica, mas orientada para o absolutismo; aproximação da Nobreza e do Povo; despertar da Burguesia; período transitório de decadência da Escravatura. Esta sociedade corresponderá, em termos gerais, aos séculos XIV-XV da Europa Ocidental — o que pode explicar o desinteresse pelos escravos na imaginação popular.

Eis o texto integral:

«Firmino da Costa era um escravo português, que pertencia a um respeitável e generoso comerciante de Lisboa. Firmino era de temperamento violento e impetuoso, e um dia, assistindo a um espectáculo público, ele e outros espectadores ultrapassaram a vedação até que um soldado, tendo-lhes pedido inùtilmente que recuassem, lhe deu um forte empurrão com a baioneta. Mas foi o espírito de Firmino e não o corpo que foi ferido. Estivera ele armado e teria provàvelmente morto o seu adversário ali mesmo. E assim, foi-se embora, respirando vingança. Pouco tempo depois, ele veio a saber o nome, o regimento e a companhia do soldado que o maltratara. Arranjou um falso recado que atraiu o homem a um sítio retirado, próximo da casa do senhor de Firmino. Aí Firmino assassinou-o, marcando-lhe no corpo sinais misteriosos, indicativos de que era um acto de vingança. Depois, deixando o cadáver onde ele caíra, Firmino não voltou para o seu senhor, fugiu e escondeu-se num bosque.

Ora, aconteceu que o senhor de Firmino tinha estado a conversar com o soldado, quando ele seguia confiadamente para a sua perdição. A arma, com que foi morto, era propriedade do comerciante e o acto fora praticado próximo de sua casa. Consequentemente o comerciante foi preso e nem a sua respeitabilidade nem a circunstância duvidosa de que um escravo seu fugira no próprio dia do crime puderam salvá-lo de ser julgado como criminoso e condenado à morte.

A notícia chegou ao esconderijo de Firmino. Partiu imediatamente para o tribunal e declarou-se o assassino, dando todos os pormenores do seu acto, e como tinha murmurado ao ouvido do moribundo por que o matara. Os juízes assombrados não tiveram outro remédio senão libertar o seu prisioneiro inocente e pôr Firmino em lugar dele.

O senhor de Firmino, que conhecia o temperamento impetuoso do seu escravo e agora verificava a sua fidelidade e coragem, teria dado metade dos seus bens, se pudesse salvar a vida de Firmino. Muitos também intercederam por ele, mas todas as intercessões foram em vão.

Com aspecto de triunfante alegria mais do que de tristeza, o negro foi levado ao local de execução.»

Vou terminar, convicto de que a voz de Lisboa, acabada de ouvir, se superiorizou de longe a todas as minhas observações ou notas, pois foi a voz do povo, vinda através dos tempos, que esteve contando as maravilhas, as crenças, os mistérios, as graças, os conceitos do Passado (1).

O ÉPICO

(Corrigenda)

Por deficiência de redacção ou de revisão (Deus sabe!), o autor ou o revisor (que são uma e a mesma pessoa) deixou passar no estudo sobre Camões, intitulado *O Épico* e saído neste Boletim, no número 120 (Outubro-Dezembro de 1967), p. 163, uma frase incapaz de resistir a uma análise sintáctica: «*Os Lusíadas* constituem uma produção literária que pelas suas características a tornam única em todos os tempos e em todos os países.» Queiram os Leitores de boa vontade corrigi-la para: «*Os Lusíadas* constituem uma produção literária que pelas suas características se tornou única em todos os tempos e em todos os países». Espera-se desculpa. Bem piores e muito mais graves foram aquelas gralhas que chamaram a D. Maria II — «Sua Majestade a Tainha» e «Sua Majestade a Bainha»...

---

(1) A comunicação feita na 61.ª sessão dos Colóquios Olisiponenses foi oral, pelo que o trabalho agora apresentado é em parte reconstituição e em parte desenvolvimento das informações e comentários dessa noite.

LISBOA VISTA PELOS ESTRANGEIROS

O Cadete da Marinha Alemã Henning-Georg Bess conta as suas impressões na Imprensa de Wilhelmshaven

REAPARECE em *Olisipo*, após muito larga ausência, a secção *Lisboa Vista pelos Estrangeiros*, iniciada no primeiro número deste Boletim. Não pode negar-se-lhe interesse, quer arquive opiniões laudatórias, quer apresente críticas desfavoráveis. Isso nos move a diligenciar incluí-la, se possível, em todos os fascículos.

★

Das impressões colhidas pelo cadete Henning-Georg Bess em duas passagens pela capital, tomámos conhecimento devido a terem sido publicadas, em 1967, num periódico de Wilhelmshaven e reproduzidas, em primorosa tradução portuguesa do Sr. Arq. Eduardo Martins Bairrada, num interessante artigo deste professor e técnico da Câmara Municipal de Lisboa, inserto na revista *Defesa Nacional*, n.º 407, Março de 1968 — tradução que, com a devida vénia, a seguir utilizamos.

Ao Sr. Arq. Bairrada, que conheceu a família Bess no ano de 1962, quando visitou a Alemanha a convite do Governo Federal, e foi em Lisboa esclarecido cicerone de Henning-Georg, prometeu este pronunciar-se na Imprensa do seu país sobre as belas recordações que a cidade lhe deixara. Promessa cumprida com brilho e entusiasmo.

Escreveu acerca da primeira das suas visitas:

Em Lisboa, desfruta o visitante estrangeiro o mais luminoso sol europeu e interessante é a paisagem da cidade, de casario escalonado como uma plateia, que neste caso, logo à chegada, saudasse o «Donau», a singrar Tejo acima, lentamente, em demanda da Doca da Marinha, onde devia atracar.

Este rio é um emblema da cidade, pleno de motivos pitorescos e monumentais; dos primeiros, as fragatas policolores, atracadas junto às muralhas, com as suas florestas de mastros, oferecendo gracioso efeito, e dos segundos, a Torre de Belém, o famoso Padrão dos Descobrimentos, onde o Príncipe Henrique, o Navegador, culmina uma série de figuras simbólicas da epopeia marítima portuguesa, num conjunto de sóbria expressão arquitectónica e escultural. Depois a Ponte Salazar, a mais comprida ponte suspensa do Continente e uma das maiores do Mundo, inaugurada em 1966, é, para nós, os que chegamos por mar, o arco triunfal das boas-vindas, desta metrópole cosmopolita, onde o mínimo pormenor tem especial colorido e encanto.

Lisboa, sendo uma cidade moderna e evoluída, onde vive uma população simpática e hospitaleira, cativa, porém, particularmente, o estrangeiro, não por esses aspectos e problemas dos nossos dias, comuns a todas as capitais que conhecemos, mas pelos recantos e pormenores que nos falam sentimentalmente do seu passado. Em Janeiro, quando a visitámos, a bordo do navio-escola «Gorch Fock», a nossa situação de instruendo, absorvido com a programação do Curso, não nos deu muito aso a esquadrinhá-la com cabeça e máquina fotográfica, ficando só a fazer breve ideia, por uma digressão pela sua Alfama, núcleo ainda existente da velha urbe, donde partiram parte dos famosos descobrimentos dos séculos XV e XVI, e pouco mais. Porém, mesmo assim, tanto o autor como os seus camaradas, num total de meia centena de cadetes, levaram à partida do «Gorch Fock» para o Brasil, prolongamento de Portugal no Novo Mundo, recordação perduradoura desse curto contacto lisboeta.

De acentuado interesse o que Henning-Georg Bess relatou da sua nova visita a Lisboa. Das suas impressões transcrevemos também alguns passos:

Ao nos ser dado agora, com a viagem de aplicação do «Donau», fazer escala por Lisboa, pudemos dar cumprimento a um voto íntimo de melhor a conhecer. E então, desde o seu Castelo, cujo panorama, em redor, é grandioso e só comparado com o do Monte S. Gens, da mesma cidade, passando por S. Vicente de Fora, mosteiro onde repousa o cavaleiro Henrique de Bona, cruzado alemão que tomou parte na conquista de Lisboa aos Mouros, no século XII, pelos Jerónimos, a jóia manuelina comemorativa do feito de Vasco da Gama, pela Sé Catedral, imponente na sua rudeza românico-gótica, etc., até outros aspectos, foram os seus museus militares que mais nos seduziram profissionalmente. Um, o da Marinha, precioso de modelos navais e de tantas relíquias dum respeitável passado ao serviço do mar, e outro, o Militar, edifício de estilo, onde, nas suas belas salas, se apresentam testemunhos significativos da história gloriosa do Exército Português.

Após aludir à visita à Escola Naval e a alguns arredores da capital, como o Estoril, *maravilhosa estância marítima e centro turístico por excelência*, e o Cabo da Roca, o ponto mais ocidental da Europa, e a ter apresentado algumas observações pessoais, especialmente sobre a perícia dos motoristas portugueses, conclui o seu artigo por dizer que, *em Lisboa, viveu o curso de cadetes um acontecimento inesquecível na sua vida de marinheiros: foi aqui que recebeu a sua patente e, como consequência, novo uniforme e prerrogativas no horário de recolher, até então não dispensadas. Isso permitir-nos-ia conhecer um retiro, local típico, onde se pode ouvir o fado, nostálgica canção castiça portuguesa, cantada por homem ou mulher, esta de xale franjado, vultuosas argolas de ouro nas orelhas, a mão no quadril forte, sempre em movimento, na cadência dos acordes da guitarra e da viola. É indiscritível a sensação que pode sentir um estrangeiro ao ouvir esta manifestação de folclore local, onde parece traduzir-se um fatalismo e uma mística que combinados o tornam afeiçoado, sem quase se aperceber, desta capital singular, eleita por excelência.*

A nossa visita aproximava-se do fim. Tejo abaixo, lentamente, no arrebol da manhã, o «Donau» e o «Ruhr» seguem, de novo, rumo ao Atlântico. Para sempre ficará, em nossos corações, uma impressão que, no decorrer da vida, recordaremos com saudade e que teremos grande prazer em, quando for oportuno, voltar a experimentar.

No final do seu artigo, deixou o Sr. Arq. Eduardo M. Bairrada exarado este elogioso comentário: «Assim falou de Lisboa, o cadete Henning-Georg Bess, na imprensa de Wilhelmshaven. Há na sua reportagem muito de interessante que certifica, simultâneamente, um relator circunspecto e um estilista de boa leitura, que me esforcei por manter na tradução e nos lembra, observadas as devidas dimensões do tempo e do espaço, retalhos da prosa dum Beckford, dum Link ou dum Lichnowsky...»

J. E. S.

Na
LIVRARIA PORTUGAL
... encontra V. Ex.ª livros sobre todos os assuntos escritos nas principais línguas europeias
Damos informações bibliográficas e aceitamos encomendas para todos os países
LIVRARIA PORTUGAL
Rua do Carmo, 70 - 74 • Telefones 3 05 82 - 3 05 83 - 32 82 20
Secção de revenda e armazéns Rua da Oliveira ao Carmo, 21-23 LISBOA-2

PINHARANDA GOMES

pelo DR. PAULO CARATÃO SOROMENHO

PINHARANDA GOMES é um nome recente (Quanto vale uma década na História Literária de oito séculos?), e já fixado na nossa Literatura: nome que o estudo e o trabalho produtivo consagraram e cuja invulgaridade formal ajuda na fixação. Pinharanda Gomes integra-se no Pensamento português, no mesmo exactamente que ele se tem esforçado por compreender, sistematizar, difundir, e ainda defender, interpretar e impor. Porque para o pensador a Gente Portuguesa não deixa rasto no Mundo apenas na Acção — no forte querer que cria civilização, que espalha emoções, que vive dramas, que encontra «os medos do mar sem fundo» ou «na noite escreve um seu cantar de amigo», sempre realista, permanentemente concreto, de quem vai, como diria João Chagas, para expor uma ideia e acaba narrando factos.

Pinharanda insiste em que o Pensamento português é a outra verdade da nossa existência como povo. Este — o seu objectivo, o de alcançar na vida mental dos Portugueses os vínculos que lhe dão uniformidade e equilíbrio e farão Portugal justamente eterno na História dos Homens: porque *fazer, realizar* não chega; é preciso *pensar*. E a projecção de Portugal no Mundo não se pode desenhar, se apenas lembrarmos ao Mundo os portugueses da Acção: temos de trazer à memória incerta, e exigente, da Humanidade, a par deles, os portugueses que a Abstracção atraiu. Ao lado do viajante — inquieto, corajoso, persistente, enérgico — o escritor, que descreve, informa, compara, medita e comenta. Ao lado de Fernão Mendes Pinto, símbolo do português errante de Quinhentos, o Fernão Mendes Pinto, espelho de prosadores, exemplo dos homens de espírito; ao lado do aventureiro Fernão de Oliveira, o mesmo Fernão de Oliveira gramático; ao lado do lírico e do épico Camões, o soldado e peregrino Camões.

Para estudar o Homem Português, Pinharanda Gomes socorreu-se de dois elementos concretos: o Português de sempre proporcionado pela Etnografia, o Português temporal esquematizado pela História — mas ele próprio quis ser etnógrafo e historiador para não se iludir pelas conclusões alheias, pela visão dos outros. E esta a razão por que já deu a público — num anseio de irreprimível comunicação — alguns milhares de páginas no decorrer de uma década, muitas das quais constituem já cerca de uma vintena de obras independentes. Decerto que as suas obras ainda não valem *uma obra*, pois Pinharanda se encontra na fase de juntar

os materiais para o grande edifício, embora já os vá destinando nas suas diferentes aplicações. Para além da Etnografia, demora-se na História que não quer sòmente estudar pelas fontes escritas tradicionais entre os investigadores de gabinete, mas um novo tipo — nos escritos dos comentadores, dos místicos e dos moralistas do passado. Vai mais longe, também. Querem ver? A nossa cultura, que em inúmeros casos é ampla e sólida, existe em muita gente simplesmente à superfície: e é de ver este verniz intelectual encaminhar-se em dois sentidos — o que propaga a dependência em que sempre vivemos da actividade intelectual estrangeira e o que garante uma excepcional capacidade criadora do povo português, como se fora isolado, sem *antes, durante* e *depois*. Pinharanda, autodidacta, feito à custa de uma tarefa diàriamente imposta e cumprida, porque não é superficial, não nos isola nem nos diminui. Estuda a proveniência ou a novidade do que compuseram todos os que às ideias entregaram o seu labor. Eu creio que os estudos históricos do futuro, feitos por historiadores de ar livre, à luz da Arqueologia, da Filologia e da Etnografia hão-de trazer novos horizontes e rasgá-los amplamente de modo que tenhamos uma visão diferente — e creio que mais verdadeira — da História Nacional. Pinharanda vai mais longe ainda: a demonstração da existência de uma Filosofia portuguesa proporcionará uma outra interpretação dos factos portugueses, o mesmo que dizer — do *romance lusitano*. Mas agora direi como Garcia de Resende que aí «não sou digno de meter a mão».

Vêem V.as Ex.as que eu não fiz a apresentação de Pinharanda Gomes, pois que o conhecem, o admiram e o estimam tanto como eu. Limitei-me a apresentar-lhe os cumprimentos de boas-vindas dos «Amigos de Lisboa» (1).

(1) Palavras proferidas na sessão de 6 de Junho de 1968, quando da conferência do ilustre escritor Pinharanda Gomes.

SITUAÇÃO DE

SANTO ANTÓNIO

NA FILOSOFIA PORTUGUESA

(Texto da Conferência pronunciada no Grupo dos «Amigos de Lisboa», na noite de 6 de Junho de 1968).

por PINHARANDA GOMES

APRESENTAÇÃO

Já por um princípio de educação, já por alguma experiência, adquirida nestas andanças literárias, aprendi que uma conferência, ainda que reúna todas as virtudes que o Padre António Vieira achava necessárias a uma perfeita oração, jamais consegue interessar os ouvintes, mesmo partindo da certeza de que os ouvintes são especializados na matéria da conferência. Por esse motivo, à palavra *conferência* prefiro a palavra *palestra.* Mas não a palestra entendida segundo o critério erudito. Antes a palestra entendida segundo o conceito popular, a popular *palhestra* a que as gentes da minha aldeia frequentemente se referem: *palhestra*, isto é, falar por aí adiante, sem esquema, sem rigor, sem arquitectura estilística, sem limitações metodológicas, sem o violento respeito à cronologia, à biografia e à historiografia. Falar para dizer coisas engraçadas, bonitas, divertidas, subtis, ou melhor: sacrificar a cronologia à ideologia, a erudição à Filosofia e, pondo de parte os rígidos esquemas historiográficos, começar a estabelecer relações entre motivos na aparência desligados, atentar nos pormenores aparentemente mesquinhos e, com isso, atingir a súmula do conceito de *palhestra:* a loquacidade grega, a sofística maneira de encantar as pessoas sem as obrigar a reter o esforço da sua memória nas coisas que, só ao ler os livros, se devem reter.

Vamos falar de Santo António, do pensamento de Santo António nas relações com a Sabedoria do seu tempo. Não curaremos de saber dos textos que o Santo escreveu, nem das possíveis datas em que o fez, nem das edições que foram efectuadas. Apenas o pensamento. Uma palestra onde a Memória seja sacrificada à Inteligência.

A FERMENTAÇÃO CATÓLICA

Por vezes, os católicos julgam que, depois do Edicto de Milão, a Igreja atingiu logo aquela dimensão de ecumenicidade que a tornou, mais tarde, na Igreja Católica, Apostólica e Romana. Muito pelo contrário. Romana era ela, porque a sede, o túmulo se São Pedro, a cadeira gestatória, estavam em Roma; Apostólica era ela, porque o sentido de apostolado (missão, envio dos missionários, os que vêm após o Mestre) lhe estava na íntima razão de ser e na evidente necessidade dos povos para cuja salvação a segunda Pessoa da Santíssima Trindade encarnara e habitara entre nós; mas Católica, só como apetência, só como desejo último, que nascia da sua carne, mas estava longe de o ser. Apostólica sim, Católica não!

O Mundo estava prenhe de coisas, de ideias, de seitas, de sabedorias secretas, de irmandades esotéricas; os povos tinham os seus hábitos religiosos, as suas crenças irracionais, as tendências consuetudinárias, as convicções comunitárias, as heranças ancestrais, aquela santa inocência de quem, sentindo-se feliz na pureza do acatamento dos costumes de seus avós, não pensa divorciar-se deles, porque os homens são como as árvores, mergulham as raízes na terra, e só uma sábia e adequada transplantação os poderá modificar, sem os molestar.

Mas isto são coisas antigas? Coisas que se passaram lá por volta dos séculos I a VIII, coisas que ocorreram simultâneamente com esses fenómenos bio-sociológicos que constituíram a queda do Império e o nascimento das novas pátrias? — Não!

Ocorreram durante a Idade Média. O Concílio de Trento, já nos meados da Idade Moderna, que os Portugueses tinham iniciado com o lançamento naval para a conquista de Ceuta e da viagem à Índia, é que efectivamente marca a assunção total da Igreja como autêntico Corpo Místico no tempo: católico, ecuménico. Antes disso até Trento, a Igreja teve de sustentar uma árdua guerra, uma portentosa dispersão de energias, uma vigilância impericlitante contra todas as formas de pensamento.

Não já contra as formas de pensamento que se geravam e desenvolviam à margem dela e sem relações com a mensagem bíblica; mas uma vigilância atenta às inumeráveis formas de interpretação e exegese escriturísticas que surgiam, como novos rebentos, ameaçando a continuidade do Tronco, no seio da própria *Ecclesia*, aquela a quem Jesus dera o testemunho do Seu Sangue e do Seu Divino Espírito.

Costuma afirmar-se que a Idade Média foi uma idade excelentemente cristã! Todavia, quão longe tudo isso está da verdade! Que a Idade Média foi uma idade excelentemente espiritual, não o discutimos; que tenha sido excelentemente cristã, temos as nossas dúvidas.

Um corpo com a dimensão espiritual e humana do Cristianismo não se podia definir em 10 séculos, nem mesmo em 12 séculos. A Igreja Católica moderna começa em Trento. Antes de Trento é a Igreja Católica antiga, a Igreja *adversus Haereses*, a Igreja contra as heresias. Só depois de as heresias terem sido levadas de vencida, a Igreja pode assumir a sua inteira natureza teológica e humana, exactamente aquela que estava prescrita no Início do Evangelho segundo São João: *O Verbo se fez carne e habitou entre nós:* A Igreja.

A Idade Média foi um caldeirão de heresias. Já não valerá o esforço de irmos lá para trás, para Orígenes, Pelágio, Ario, ou para o notável heresiarca lusitano, esse perturbante Prisciliano de Braga, que acabou condenado à morte em Trévers, por irrevogável decisão de Idácio, bispo de Chaves, e perante a consternação geral dos bispos gauleses. Mas, porque vamos falar de Santo António, convirá saber como se passavam as coisas nesta ilha, nesta fortaleza, neste caldeirão, que é a Ibéria e, sobretudo, neste espaço geográfico com a forma de um homem, que é Portugal.

A SITUAÇÃO PORTUGUESA

Santo António é um homem do século XIII. Nasceu a poucos anos do final do século XII e poucos mais anos viveu, além dos primeiros trinta do século XIII. Um homem novo, portanto. Não sabemos exactamente o que seria o ambiente espiritual português no seu tempo. Ou melhor, sabemos, se avançarmos para o século XIV.

O ainda então periclitante reino de Portugal deveria ser o menos católico possível. Álvaro Paes, que foi bispo de Silves, encarregou-se de nos deixar notícia circunstanciada da situação espiritual portuguesa do

seu tempo (fins do século XIII a meados do século XIV). Havia uma Igreja organizada, é certo, mas, paralelamente, muito difícil nos será poder conceber o que por essas terras ia de heresias (que são opiniões religiosas), filosofias secretas, seitas comunitárias, crendices organizadas e cenóbios alquímicos. Não interessa, neste momento, discriminar ponto por ponto o inventário de heresias que Álvaro Paes nos legou. Bastará saber-se que, o *Colírio da Fé Contra os Hereges* dá relação de 65 doutrinas relativas a Cristo e à Igreja, doutrinas essas em que se impugnavam, não apenas a divindade de Jesus, mas também a autoridade eclesiástica; mais uma longa relação de heresias atinentes ao Canónico; mais um conjunto de 17 erros, relativos a costumes do tempo (por exemplo: as mulheres que se vestiam como os homens, ou vice-versa); mais uma relação de 32 erros relativos à Fé e ao culto devido a Jesus; mais 26 erros relativos ao poder papal e à natureza de Jesus, de Maria e da Santíssima Trindade, sendo nove provenientes da doutrinação de Marsílio e 17 provenientes do Tomás Escoto, franciscano renegado, professor de Decretais, a quem o Bispo de Silves chamou *sedutor público na escola de Decretais de Lisboa;* finalmente, uma série de erros comuns no país e referentes ao Cisma que separava a Igreja Romana da Igreja do Oriente.

Como se torna plausível, estes erros, ou teses, eram postulados por gente letrada, ou, como se dizia no romanço, pelos *clercs.* Mas o povo — e a população portuguesa não era ao tempo muito significativa — era empurrada para onde os letrados a empurravam. As povoações careciam de pastores, havia mesmo uma grande percentagem de pastores ambulantes (os Peregrinos) e até acontecia que, no espaço de poucos dias, uma povoação estava sujeita a receber a visita de um ou mais peregrinos que ensinavam a mesma coisa a seu belo talante. Atrás do ortodoxo, que lhe falava da divindade encarnada de Jesus, logo vinha um escotista que falava de Jesus como impostor dos Cristãos, ou de Moisés como impostor dos Judeus. Nem os moçárabes estavam livres do processo, pois também havia quem, entre eles, tendo aprendido com Tomás Escoto, lhes falasse de Maomé como impostor dos Árabes. Assim ficavam identificados os «Três Impostores» do livro jamais encontrado, mas que se diz Escoto ter escrito para uso dos materialistas de proveniência averroísta, que sintetizavam, num esquema hoje um pouco difícil de entender, as matrizes gnósticas gregas com as tendências do esquerdismo aristotélico, representado por Averroes. (A direita aristotélica é a tomística, como sabemos).

Estas correntes de filosofia religiosa dominavam, num sincretismo plural, deveras incontrolável, a cultura portuguesa. Dominavam, já tinham dominado antes e de maneira possìvelmente mais significativa do que se pode agora, à distância de muitos séculos, imaginar!

Cátaros ou albigenses, anacoretas, aprendizes de feiticeiro, discípulos da magia egípcia, religiosos laicos eram coisas que se encontravam a par e passo. De onde em onde, um mosteiro ortodoxo a tentar servir de centro radiador de uma doutrina consubstancial e transubstancializante. Mas como era árdua e demorada a tarefa!

OS MENDICANTES E OS ESPIRITUAIS

Não foi São Francisco quem criou os Mendicantes. Foram os Mendicantes que tornaram possível São Francisco. Como?

O ambiente socio-económico medieval assentava numa base de incompatibilidade dualística: entre o Suserano e o Vassalo, entre a Matéria e o Espírito, entre a interioridade individual e a espiritualidade comunitária. Havia quem desejasse encontrar Deus no próximo e havia quem desejasse encontrá-lo dentro de si mesmo. Havia quem adorasse a matéria e a riqueza e havia quem, exausto de muitas irregularidades, odiasse a matéria e a riqueza.

Havia quem estivesse convencido de que Aristóteles fora mais significativo do que Jesus Cristo e havia quem, por muito tresler Aristóteles, seguisse o caminho que melhor lhe parecia. Estes fenómenos, que mais tarde hão-de levar ao aparecimento de um aristotelismo da direita (via São Tomás) e a um aristotelismo da esquerda (via Averroes) e mesmo a um aristotelismo do centro (Maimónides, sobretudo) geram-se nas abismais funduras da baixa Idade Média.

Os Mendicantes surgem como fenómeno social, uma consequência das forças dialécticas que traçavam o rumo da História. Surgem isolados, aqui e ali, até o momento em que o fenómeno se torna extensivo: uma força desorganizada, uma energia sem director, uma potência sem condutor, uma apetência sem alguém que a transforme em acto.

No momento em que se disputava qual das duas vias, a razão ou a fé, era a mais adequada para atingir o estado de graça divina e conhecer a Deus em toda a plenitude do Ser que é, surge Francisco. Uma regra muito simples, que estava no Evangelho: um burel, um bordão, umas sandálias e uma sacola. Pedir-se-á e, às portas das casas cujas migalhas

sejam negadas, hão-de sacudir-se as sandálias. Uma regra: ser pobre — tal-qualmente estava sendo propagandeado por toda a Europa pelos filósofos da pobreza teórica; um objectivo: chegar a Deus; um caminho: à sabedoria dos filósofos preferir a sapiência dos justos.

Por conseguinte, os livros e as sentenças aristotélicas, de que a Europa se ia enchendo, não tinham qualquer espécie de préstimo para a aquisição do estado de santa ignorância que Francisco desejava ardentemente. Francisco sabia — como Álvaro Paes, o colérico Bispo de Silves e azorrague de heresias — que, nas escolas, os mestres, sacerdotes de Cristo, continuadores dos Apóstolos e das Igrejas, se preocupavam muito mais com o nome e a obra de Aristóteles de que com o parabólico figurativismo redentor da Bíblia e do Santo Nome de Deus. Era evidente que, tal como Santo António dizia, a caridade que sobejava aos santos faltava aos dialectas e que a dialéctica que sobejava aos sábios faltava aos santos. Contudo, a seus olhos, a felicidade do santo era maior, ou mais evidente, do que a felicidade angustiada daqueles que, no dizer de Tertuliano, por sempre andarem à procura, jamais chegam a encontrar alguma coisa.

Francisco vinha, portanto, como o ordenador dos desordenados mendicantes. Aproveitar essa mole de jovens provenientes de todas as classes sociais, que se negavam ao cumprimento dos costumes e das regras estabelecidas. Dar um ideal aos transviados, levá-los a tornarem-se, de proscritos e exquisitos, em homens valiosos e inteiros. Que cada um procurasse Deus dentro de si próprio e lá, no tabernáculo que é o Coração, O encontraria. Mas, para tanto, que necessidade havia de livros?

Houve quem aderisse por inteiro a Francisco e houve quem não aderisse. Coisas como estas acontecem em todos os tempos. Quem aderia seguia a ortodoxia franciscana, quem não aderia procurava novos caminhos. Foi aqui, justamente neste ponto em que a ortodoxia gera a heterodoxia, que, da visão mística e teológica de São Francisco, surgiu a visão naturalista, cristãmente naturalista, mas já suportada por ideias de outra proveniência, dos que vieram a ser conhecidos, na Itália, por *fraticelli*, em Portugal, por *Espirituais*.

Quem eram os Espirituais?

Quem sabia muito bem quem eram os Espirituais, — cuja actividade enche Portugal entre o século XII e o século XV — foi quem sugeriu a D. Fernando a promulgação da Lei das Sesmarias. A Lei, com todo o seu aparato de programa de fomento agro-pecuário e de colonização interna, indica claramente que havia pessoas que tomavam hábitos de

religiosos, nada faziam e nem desejavam qualquer mester, nem faziam obra de proveito, abandonando as suas terras e indo peregrinar. Iam em grupos, grupos em que os alquimistas se misturavam com os terceiros franciscanos, com os cristãos desobedientes a Roma — convencidos de que Roma era o Anti-Cristo! — e sacerdotes laicos. O testemunho havia sido transmitido a todos os discípulos de Jesus e, por consequência, cada discípulo estava naturalmente revestido dos caracteres sacerdotais. (Cumpre assinalar, neste ponto, a lucidez com que Jaime Cortesão visionou todo este movimento espiritual, num breve mas ainda hoje notável ensaio, esse que se intitula *O Sentido da Cultura em Portugal no Século XIV*, Lisboa, 1956).

SANTA CRUZ DE COIMBRA

Num país, política e culturalmente mal definido, a tendência religiosa cristã apontava, como se evidencia pelas linhas anteriores, no sentido de um cristianismo heterodoxo e revolucionário. Pobreza e ignorância, segundo o ideal franciscano. O próprio Bispo de Lisboa, D. Estêvão, em resposta a uma consulta feita pela Papa João XXII, é de parecer que à Igreja devem orientar duas coisas: pobreza e ignorância.

Vemos como estas tendências místicas e filosófico-sociais sobem de sul para norte. Enquanto de sul para norte, por incidências semíticas, árabes e gnósicas, sobe uma heterodoxia, de norte para sul, por influência da Escolástica francesa, do palatinado de Carlos Magno, de Cluny e dos Agostinhos, desce a ortodoxia. O centro capital da ortodoxia é Coimbra, Santa Cruz.

Santa Cruz, justamente como Alcobaça, parece ter sido o catalizador da nova mentalidade portuguesa. Para além disso, constituíu um centro de cultura onde, segundo alguns testemunhos respeitáveis, Platão era estudado no original grego — o que contraria a tese de que Platão era apenas conhecido através de Santo Agostinho. Santa Cruz de Coimbra constituía a razão fideísta e inquiridora, oposta à cega paixão dos maltrapilhos doutrinadores espirituais, *Insabatattos* e outros de semelhante quilate! Não havia possibilidade de confundir um homem de Santa Cruz com um espiritual, um agostinho com um franciscano. Possìvelmente, riam-se os Agostinhos da toleima analfabetista de Franciscanos e riam-se os Franciscanos da toleima eruditivista de Agostinhos. Ora, Santo An-

tónio estava em Coimbra. Era, de resto, o mais ilustre dos discípulos de Santa Cruz, a esperança da Província Lusitana. António de Santa Cruz não é, porém, espiritualmente agostiniano. É franciscano, o seu desejo é ser o irmão António. Todavia, não era verdade que ele era homem demasiado culto para ir conviver com gente inculta?

O NOVO ANTÓNIO

Foi quando os primeiros franciscanos visitaram o país, que António se sentiu arrebatado pelo ideal franciscano. Joaquim de Carvalho e Jaime Cortesão pretendem que António não teria sido conquistado justamente por franciscanos, mas por espirituais. Nesse caso, a sua profissão nos Frades Menores não teria sido exactamente o que ele pretenderia. No entanto, dado que se tratava de um sacerdote, e dado que a Ordem Franciscana se aproximava bastante do movimento laico dos Espirituais, António teria optado por esta solução como mal menor. Não admitimos a certeza dos fundamentos da tese exposta. De qualquer modo, deixamo-la à consideração dos interessados.

O que neste ponto realmente interessa focar é o seguinte: com a decisão de António lucrou ele próprio, pois encontrou um ambiente de espiritualidade mais concorde com a sua psicologia e ganhou a Ordem que — já depois das bulas papais, obrigando a Ordem ao curso dos estudos — teve em António o primeiro luminar, o homem que deu à Ordem a estrutura necessária. Por isso podemos afirmar, com certa afoiteza, que São Francisco foi o Pai e Santo António o Padrinho, um o criador, outro o educador. Santo António veio a ser o primeiro estudante e leitor da Ordem Franciscana, o sábio da Ordem, *o meu bispo*, como o próprio São Francisco gostava de lhe chamar.

Estes já longos traços historiográficos, de âmbito geral, apenas tiveram por fim dar uma perspectiva da situação portuguesa e europeia do tempo. Ora, nós viemos aqui para falar do...

... PENSAMENTO DE SANTO ANTÓNIO

Não é possível dilatarmo-nos em considerações pormenorizadas. Limitar-nos-emos, por isso, a referir alguns aspectos que nos parecem essenciais e a relacioná-los, depois, com a Filosofia Portuguesa.

Santo António é um pensador de raiz platónica: mais platónica do que aristotélica, mais teológica do que filosófica, mais estética e ética do que política, mais idealista que pragmática, mais *vivencial* do que *intelectual*. De onde, tudo isto resumido, se quer dizer que a Filosofia era, para Santo António, não um saber objectivo e especulativo, mas um saber subjectivo e experiencial — uma via para cima, uma recta apontada na vertical. Filosofia significativa, ou comportando, apenas, uma possibilidade, entre muitas, da conquista da Beleza Suprema, tal como nos é descrita por Platão n'*O Banquete*.

Efectivamente, o conceito de Filosofia é plural: há um conceito cosmogónico (que é o dos pré-socráticos em geral), um conceito psicológico (que é o de Sócrates), um conceito de saber racional (como o de Aristóteles), um conceito de saber estético (que é o de Platão), um conceito de saber místico, que é o de todos os místicos, santos e heróis e que, diga-se em abono da verdade, está muito mais próximo da filosofia platónica do que da aristotélica. Santo António, formado numa visão augustinizante da vida, certamente teria de entender a Filosofia como uma fase do percurso para Deus. A definição inteira, que só deveria vir a ser dada por São Boaventura — *Itinerário da mente para Deus* — encontra-se implícita nos textos antoninos que nos restam, ou que são atribuídos à sua autoria. Sendo assim, a Filosofia é, para Santo António, nada mais nada menos do que um valor gnoseológico que se deve entender segundo o conceito pitagórico antigo: Deus é a Suprema Sabedoria e a Filo-Sofia não é mais do que um desejo de atingir a *Santa Sofia*. Os degraus, as escuras moradas, pelas quais se transita das trevas infernais para a ofuscante luz celestial ou supernal. Tal como em Platão, três são os degraus que levam da Filosofia à Sofia o Homem, o transeunte do Mundo nominável para o inominável: nesse sentido, Santo António é na verdade um filósofo medieval, portanto espiritualista. Já nos demos conta de que entre a Idade Antiga e a Idade Média existe uma fractura, uma distorsão na estrutura existencial do homem. Assim, se é exacto que a Idade Antiga se motiva por uma Filosofia cosmológica, tendo por centro a Terra (daí o poder falar-se em telurismo antigo), a Idade Média é motivada por uma Filosofia teológica, tendo por centro Deus (e daí o poder falar-se em espiritualismo medieval). O trânsito entre estas duas estâncias da História é notável e parece que a transitividade humana, apesar de transitiva, ascende da matéria para o espírito, da Terra para o Céu, dos elementos primários (terra, ar e água) para o elemento terciário, o

fogo, correspondente, na dogmática cristã, ao Espírito Santo e, nas simbologias esotéricas, à Luz Suprema, ao terceiro degrau, que está nos textos platónicos e noutros de semelhante teor.

Aliás, José de Sousa Monteiro, que publicou um ainda hoje incomparável ensaio sobre Santo António (*Santo António de Lisboa, Estudo de História e Crítica,* Lisboa, 1895), incomparável, sobretudo, pelo modo como foi escrito e pela graça que dele se desprende (a este tipo de ensaio costumam certas pessoas chamar *afirmações gratuitas*, porque olvidam, ou ignoram, a substancialidade primeira do termo *gratuito*...) traçou, embora sucintamente, esta diferenciação entre as idades da filosofia, inserindo a terceira filosofia, a medieval cristã, numa linhagem que era simultâneamente imanente e transcendente em relação ao Espírito, dizendo que esta Filosofia era essencialmente a Teologia, a qual filiava, de mente aberta, em Platão. Platão seria, no entender de Sousa Monteiro, e no nosso próprio entender, a fonte inspiradora da última Ceia, da Eucaristia, a autêntica preparação evangélica que, uma vez feita, veio a sustentar-se em Aristóteles, por via de São Tomás. Mas, fundamentalmente, à mundividência franciscana de Santo António de Lisboa, Platão aparecia como um precursor dos precursores, um João Baptista sem cajado e sem pele de carneiro a cobrir o ciliciado, ascético corpo. É ele mesmo, Santo António, quem designa Platão pela simples antonomásia de o *Filósofo — divus ille Plato.* Platão surgia, nos lábios e na pena de Santo António, como o Filósofo. Ora este simples elemento, uma insignificância na obra de Santo António, quer dizer muita coisa: inclusivamente, a de que o Santo de Lisboa dava a Platão toda a prioridade sobre Aristóteles que, por essa altura, já em Paris dispunha de fortes correntes bastante favoráveis à sua integral adopção.

Se, de facto, a antonomásia, como diz o esclarecido Francisco Rodrigues Lobo, na celebrada *Corte na Aldeia*, se aplica apenas a «*cousas, às quais a grandeza deu superioridade das outras do mesmo nome*», forçosamente teremos de considerar dois factos, a saber:

a) que Santo António conhecia Platão o suficiente para assim lhe atribuir tão alto e altivo título, para o que não bastaria um conhecimento indirecto, já através dos textos de Santo Agostinha, já através dos comentários dos lentes de Santa Cruz; e

b) que Santo António estava cheio de Platão, ainda que, nos pontos cruciais da problemática filosófica e teológica, tivesse de afas-

tar-se da matriz platónica e, mais do que afastar-se, entrar em controvérsia com as suas teses e as teses dos neoplatónicos, gnósticos, maniqueístas e outros.

Claro se torna que o corpo de Santo António não podia ser apenas a sombra de Platão. Mas, na cabeça de Santo António havia muita sombra que era platónica, mesmo que remetamos as diferenciações para um lugar cimeiro e procuremos sòmente encontrar as semelhanças.

Tal como Platão, Santo António, embora escolástico e ortodoxo, militante, membro da Igreja militante, preferia a Filosofia como saber estimulante à Filosofia como saber convincente. A distinção entre estas duas formas de Filosofia é a seguinte: enquanto a primeira se limita a abrir caminhos, a sugerir viabilidades, a propor dúvidas, a tentar esclarecer enigmas, a não se dar por senhora da Verdade, a segunda, porque desejosamente convincente, olvida os problemas, arranja soluções e decide impô-las segundo regimes decretais, ou através de definições dogmáticas ou coactivas. Ora, neste aspecto, importa igualmente salientar que o ilustre Sousa Monteiro captou este aspecto da obra de Santo António, nesta frase que se transcreve:

«O orador não tentava convencer, persuadia; não se propunha esclarecer, exortava.»

Temos aqui, portanto, o mesmo que está em todo o Platão, designadamente n'*O Sofista*, n'*O Fedro* e n'*O Banquete*: todo o diálogo se estabelece numa tentativa estimulante, num esforço de exortação à busca da Verdade, jamais numa tentativa de convencimento. Para António, como para outros, incluídos nestes alguns dos pré-socráticos, como Demócrito, «para persuadir, a palavra tem, por vezes, mais importância do que o ouro». Para António, finalmente, o esclarecimento não podia revestir-se de uma importância tão grande como aquela a que os cartesianos e pós-cartesianos, a todo o custo exigiam. Ele, António, sabia, tal como Protágoras, um sofista avisado, que sobre certas coisas é preferível a exortação ao esclarecimento. A exortação impulsiona, mas, quanto ao esclarecimento, há muitas coisas que não o permitem: «primeiro, a obscuridade das questões e, segundo, a brevidade da vida humana».

Talvez por isso, Santo António tenha dedicado pouca importância à escritura de tratados filosófico-teológicos, preferindo, sempre e sempre,

seguir o caminho da exortação, da sugestão, do despertar da íntima curiosidade da alma humana. E, para isso, um púlpito de capela, uma praça, uma aula, a *Voz*, a Palavra Falada eram muito mais eficientes do que muitos e eruditos tratados. Não é exacto que os dois maiores exemplos de Filósofos jovens, autênticos e sacros, nada escreveram? Que escreveu Jesus? Que escreveu Sócrates? Santo António, maugrado a sabedoria que levara de Coimbra, não deixava de respeitar a regra franciscana: «Praz-me em verdade, contanto que não omitam o estudo da oração, (que sigam) o exemplo de Cristo, do qual se sabe que mais orava do que lia». António mais orava do que escrevia.

De onde, tudo bem sintetizado, se poderá admitir que a Filosofia era, para Santo António, um *modus vivendi*, um processo agonístico de purificação, o *atletismo espiritual*, também chamado de ascetismo, a contínua passagem dos corpos belos às ideias belas e, finalmente, destas à Beleza total: àquela em que, segundo ele, a mente humana de tal modo se funde na mente universal de Deus, que o homem deixa de ter consciência de que existe, porque existe em Deus, já no seio da Beleza, não mais expectante e apetente dela. Tudo o que San Juan de la Cruz e Santa Teresa de Jesus haviam de pôr em estilo subjectivo, estava já objectivado, descrito como razão experiencial, no primeiro místico cristão peninsular, Santo António.

Teólogo, mais do que filósofo, no sentido em que modernamente se vai entendendo esta designação, era Santo António. De resto, o seu próprio pensamento teológico não se encontra exposto de maneira sistemática, antes se encontrando disperso, motivado, ao longo dos sermões que proferiu e, quantas vezes, nos gestos e actos que assumia perante a vida, perante os outros, perante o Mundo. Este visível assistematismo concede a Santo António maior proximidade com o genérico da Filosofia Portuguesa (entendida aqui dum ponto de vista englobante), o qual é, como se sabe, nìtidamente assistemático e assistematizante. A Filosofia Portuguesa nega-se, por princípio, à rigidez sistemática, e assim se poderá fàcilmente entender que a nossa tradição não apresente conjuntos filosóficos tão definidos e exigentes como os de outras tradições europeias.

Como teólogo, Santo António via Deus acima de tudo. *Deus super omnia* e, com isto, antecipa as definições conciliares de Trento principalmente devidas, como referiu Ortega y Gasset, aos teólogos hispânicos. Deus constitui princípio e fim do que existe, mas não se identifica com o que existe. Por outras palavras: um Deus incriado, eterno, omnipo-

tente, omnisciente, imenso, infalível, justo, sábio, é, independentemente do que existe. Deus é criador e o que existe é criatura.

Desta maneira, contràriamente ao que o averroísmo materialista do tempo andava difundindo, Santo António percebia o Mundo e Deus, não como dois *logos*, um superior e outro inferior, mas ambos circunscritos a uma unidade perfeita, a unidade da natureza naturante a que Giordano Bruno se referia. Para o Santo, Deus existia antes, aquém e além da Matéria e do Cosmos, portanto: enquanto Deus é criador, o Cosmos, o Mundo, o que nele existe, revelado ou oculto, é criatura.

A criatura — Mundo e Homem — existe, por conseguinte, separado do Criador, como entidade perfeitamente distinta, porque a materialidade, que falta ao Criador, sobeja às criaturas.

Neste ponto se levantava, òbviamente, o problema das relações Homem — Deus. O problema vinha sendo debatido desde a antiguidade clássica — no sector da Filosofia — mas a difusão do platonismo alexandrino obrigou os primeiros Padres a definirem, com certo rigor, os esquemas solucionadores da questão. Tal como na doutrina platónica, na doutrina cristã estava consignado um regresso ao seio do *Criador*. Mas, se no platonismo este regresso estava implícito no próprio facto de o homem existir, pois a sua alma — ou partícula espiritual — sempre voltaria para o Todo de onde tinha vindo, porque no platonismo se postulava sòmente que a alma participava de um todo eternal a que voltaria logo que o corpo fenecesse, na doutrina cristã iam-se intromentendo juízos de valor, concernentes ao comportamento e, por conseguinte, nem toda a alma podia ter a garantia do regresso ao seio do Criador. Mediante o conceito de Justiça divina, mediante a ordenação dos quatro graus de Justiça (Céu, Purgatório, Inferno e Limbo) tornava-se necessário saber quais as almas que, uma vez saídas dos corpos (de cuja matéria eram distintas, tanto como eram distintas de Deus, o que se encontra em oposição à filosofia oriental anterior e à escolástica hispânica via Avicena e Averroes) — teriam a graça de voltarem ao seio do Criador. Sim, porque, embora Santo António postulasse que a substância da alma era distinta da substância de Deus, ele não deixava de preconizar, em pura ortodoxia, uma reinserção da Alma em Deus, ou, por outras palavras, uma deiformização da alma humana, em cujo estado se manteria até à consumação da glória do Juízo Final, esse que perturbantemente nos descreve, com aquele alto sentido da *aleteia* grega, o discípulo Bem Amado, João Evangelista.

Existe, ao que parece, uma certa incongruência lógica entre o conceito de Deus e de Alma proposto por Santo António, uma vez que não explicou, que saibamos, como se torna possível, à escala do metafísico e do informal, a coexistência de duas substâncias diferentes — uma a possuir a outra —, tanto mais que, talvez seja sabido, António aceitou e difundiu aquela admirável sentença de São Bernardo, segundo a qual «o centro de Deus está em toda a parte e a circunferência em parte alguma» — *cujus centrum ubique et circunferentia nusquam!*

Seja como for, para Santo António, Deus *indefine-se* como o Ser sem o qual «tudo o que é é nada», o «autor e moderador do mundo», o «guia e redentor», o «espanto e terror dos réprobos». Aqui está, portanto, que o réprobo é possuído ou possuidor de uma alma que pode não vir a ter a graça do regresso. Para este regresso exige-se a disciplina, a regra, a coerência, um modo de existir. Como a alma é naturalmente vil — não porque assim fosse criada, mas por força e consequência do Pecado Original, da Cisão —, *e sempre propensa ao mal* (como o Santo apontou no Sermão do 1.º Domingo da Quaresma) impõe-se que o Homem, possuído pela Alma, ou possuidor de uma Alma, pratique um atletismo de regresso, atletismo esse que, devemos dizê-lo, estava já doutrinado, na época de Santo António, pelos canonistas e penitenciaristas alcobacenses. Os pontos das virtudes do regresso seriam, de acordo com a doutrina penitenciária:

a) contrição, ou arrependimento;
b) confissão oral;
c) satisfação da obra, ou cumprimento da pena exigida pelo pecado;
d) amor de Deus e do Próximo;
e) prática da vida contemplativa, e
f) a perseverança no estado de graça.

Como se torna evidente, estes eram os limites da santidade, limites que actualmente mantêm toda a primitiva validade. Só restaria esclarecer que Santo António estabelecera uma escala para avaliar da gravidade do pecado, escala essa a que, neste local, importa apenas aludir, dado que é extensa, não pelo número (sete condições), mas pelo que a enumeração nos obrigaria a dizer dela.

Ao homem, criado por Deus, filho de Deus caído nos abismos mundanais, incumbia procurar o caminho apropriado. A parábola do

Filho Pródigo simboliza, em toda a profundeza o drama da expulsão do Paraíso ou, melhor, significa o que poderá vir a ser um *feliz fim* para o que foi, e tem vindo a ser (e será) o infeliz drama da Cisão.

Em termos gerais, julgamos que o centro do pensamento de Santo António não era justamente filosófico, mas teológico. Também para ele a Filosofia estava incluída nas inócuas vaidades do reino de César a que António preferia chamar de Justiniano: «a teologia é senhora e a lei justiniana é criada». — Com isto tinha dito o essencial!

Em penúltimo lugar, uma breve referência ao estilo do Santo. O Santo é um estilo de ser! Conforme já foi estudado por Mário Martins, Francisco da Gama Caeiro e outros, o estilo de Santo António caracteriza-se pela influência que os etimologistas da época vinham tendo. Entre eles, cumpre assinalar a influência de Santo Isidoro de Sevilha. Por esse motivo, Santo António antecipa-se, nalguns pontos, ao conceptualismo do século XVII, e pode disputar a primazia ao outro António que, se foi Padre, não sabemos se é Santo: Vieira.

O mesmo gosto pelos trocadilhos, pelas enumerações, pelas analogias, pelas etimologias, pelos significados. Uma percepção alquímica a pretender destrinçar a estrutura da palavra. Assim como a palavra é mágica, assim para Santo António, palavra e coisa eram significantes, significativas. Por debaixo da aparência de toda a coisa existe a verdade oculta. O invisível é maior do que o visível.

Por isso, ele entenderia que a Natureza é *res* e *signo,* coisa e sinal, aparência e envoltura de uma realidade. Às vezes, parece haver, nos seus textos, um para-estruturalismo sem as complicações do estruturalismo contemporâneo. A simples palavra PAX, para além do seu valor social, semântico, filológico ou fonológico, esconde uma outra realidade, só acessível a quem possa decifrar o enigma das letras, tal como nas quadras de Bandarra, sapateiro de Trancoso. PAX analisa-se num P (Pai), num A (Filho, a voz do Pai, porque o fonema A é o primeiro da escala oral, o mais aberto...) e num X (o Espírito Santo). Também o nome de Jesus Cristo foi sujeito a este processo de análise estruturalista. Assim: o nome de Jesus compõe-se de cinco letras, três vogais que significam o sopro oral, a criação, — o Logos, o Verbo — correspondentes, de igual modo, às Santíssimas Pessoas, e de duas consoantes, que designam, ou significam, como desejarmos, as duas naturezas: a materialmente insubstancial ou alma, e a substancial, material ou corpo.

E não só nas palavras. Percepcionava que o Paraíso, sendo irrigado por quatro bacias hidrográficas (Fisão, Gião, Tigre e Eufrates), cada um destes rios significava uma virtude: o 1.º a ressurreição, o 2.º a subtileza, o 3.º a agilidade e o 4.º a imortalidade. Nas nove portas de Jerusalém viu outras tantas coisas que o comum dos mortais não poderá ver.

As relações que estabelece entre as portas e as virtudes ou as personagens da História Bíblica são muito interessantes. Assim: a Porta Antiga = Anjos, a da Fonte = Patriarcas, a da Nebulosa = Santos Profetas, a da Cerrada = Virgem Maria (veja-se: cerrada = fechada, inviolada), a dos Cavalos = Apóstolos, a de Esterquilínio = Mártires, a dos Escudeiros = Santos Padres, a dos Peixes = Monges e, ainda, a do Vale = Virgens. *Olhai os lírios do campo!* Os lírios do vale! Finalmente, a Virgem Maria é uma vide, como gomos (humildade e virgindade), flores (fecundidade sem pecado, e parto sem dor) e cachos, três grandes cachos (a pobreza, de que António foi um dos mais competentes teóricos, a paciência e a abstinência.) Só assim foi possível Maria — a Matéria — ter sido fecundada pelo Espírito, o Corpo pelo Incorporal, os três elementos básicos pelo outro dos elementos, o Fogo.

Tudo, pois, no pensamento de Santo António ressuma a Natureza. Deus não é a Natureza, mas está nela e nela o descortinava, nas vigílias purificantes, o alto e santo olhar de Fernando de Bulhões!

SITUAÇÃO ACTUAL DE SANTO ANTÓNIO

A situação actual de Santo António no quadro da história da filosofia portuguesa — situação com o valor de um lugar definido e selecto — é de recente data. Pode mesmo afirmar-se que só a contemporânea definição valorativa daquela história tornou possível a busca, prolongada em oito séculos, tendo em vista o inventário geral dos que, em português ou em latim, trouxeram uma contribuição para o edifício da filosofia portuguesa.

Por isso mesmo, se Santo António já se encontra citado nos estudos atinentes à filosofia portuguesa — ao menos como elemento bibliográfico — a sua obra ainda não foi pùblicamente actualizada em relação à mesma filosofia portuguesa e isso porque, dificuldades várias, aliadas a certo desinteresse pelos estudos medievais, se têm oposto a isso. No entanto, a obra de Santo António, enquanto obra filosófica, moralística, exegética ou teológica, dispõe já de alguns breves estudos, vindos da

pena de padres, como os de Pinto Rema e Mário Martins, ou de leigos, como as arrebatadoras páginas que o Prof. Joaquim de Carvalho lhe dedicou na «História de Portugal» de Barcelos ou os escritos de Óscar Paxeco e Cortez Pinto. Sabemos também que o historiador A. J. Gouvêa Neves dedicou ao assunto um substancial e informativo estudo no «Boletim da Academia Portuguesa de Ex-Líbris» (Janeiro e Abril de 1966), e que o Doutor Francisco da Gama Caeiro, além dos artigos que vieram a lume na «Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa» acaba de defender uma importante tese de doutoramento, justamente sobre Santo António.

Por estes motivos, parece ser de crer que a actualização antonina na história da filosofia portuguesa é coisa que está para breve, e que essa actualização se processará, em parte, significativamente, dentro da Universidade, o que não deixa de constituir um bom indício de regeneração das élites portuguesas, ao reabilitarem, ao nível universitário, uma personalidade que, popular e oficialmente, apenas tem merecido atenções ao nível do manjerico e da alcachofra.

Foi já estudado, e até concluído, que a filosofia portuguesa difere das suas similares europeias pelo carácter místico, carácter que devém, justamente, dos fundamentos primeiros — teológicos — e dos fundamentos segundos — tomísticos — que nela se encontram a par e passo. Efectivamente, a tendência genérica dos pensadores portugueses — com especial relevância no período escolástico, isto é, entre o século XII e o século XVI — é a busca de uma personalidade moral, pragmática em muitos casos, mas que se filia directamente na idealidade do compromisso católico terrestre, tendo em vista a libertação escatológica celeste. É este facto que o investigador e o historiador verificam, quer nos títulos das obras deste período, quer na própria leitura dos textos que foi possível salvar, e que hoje possuímos, para serem — ainda estamos a tempo — devidamente estudados.

Ora, pelas razões que são óbvias, Santo António insere-se directamente nesta principial atmosfera da filosofia portuguesa. Prioridade da Teologia em relação à Ciência, e prioridade da Religião em relação à Política. A formação patrística que recebeu no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, constituirá a primeira pedra da sua obra, pelo menos como pedra de método, ou de técnica de filosofar. Será em Coimbra que ele beneficiará do método antigo, pois que, no que concerne à visão filosófica, se alguma vez a aceitou, como S. Agostinho, logo a despediu em

troca da visão franciscana, que veio a escolher, anos mais tarde. Logo, quer pela técnica escolástica e agostinha que aprendeu, quer pela visão franciscana a que se converteu, Santo António centra-se no espaço congenital do pensamento português, como circunstância cultural e como razão natural. A sua qualidade de espiritualista fá-lo-á ver, na natureza inteira, todo o processo crístico da redenção e da salvação mundanais, não apenas hominal, pois o franciscano, espiritualista, acreditará também na salvação do Mundo.

Estes dois pontos são os que logo saltam à vista, quando se pretende situar Santo António na Filosofia Portuguesa. Mas, ainda como processo filosófico de conhecer, é salutar apontar que o moralismo de Santo António não é um moralismo introvertido, evolucionante para o misticismo do tipo castelhano. Não. Será misticismo lusíada, isto é, misticismo ascético, ou dialogante, ou de extroversão, ou de combate. Santo António insere-se, por isso, na tradição portuguesa da *Summa ad Gentiles* que, vinda de Santa Cruz de Coimbra, passa por Alcobaça, pela Casa de Avis, percorre o ciclo dos Descobrimentos, e tem o momento maior no ciclo do pensamento místico arrábido e jerónimo, com Amador Arrais, Tomé de Jesus, Heitor Pinto e, até, com leigos da envergadura de João de Barros. Em resumo: a santidade portuguesa efectua-se directamente na realidade mundanal, no diálogo pré-estabelecido entre a fonte e o bebente, entre o pregador e o ouvinte. O castelhano percorrerá intimamente as moradas; o português buscará arrebanhar seus irmãos para uma só morada, que seja em casa do Pai.

A obra de Santo António assenta terminantemente neste quadro: leitura das fontes ou Sagrada Escritura, estudo e exegese da mesma, seguido da sua interiorização ou consciencialização e, em terceiro lugar, transmissão, comunhão oral, ou pregação.

O «Sermones in Psalmus», o «Sermones Dominicales sive de Tempore», a «Concordantiae Biblae», a «Expositio Mystica in Sacram Scripturam» vêm a constituir um políptico ou, melhor, um único sermão repartido, cronològicamente, em outros sermões. Todavia, todos eles tendem ao mesmo fim, e se encontram determinados pelo mesmo formulário técnico de pensamento.

A filosofia escolástica, enquanto aceitava que a Encarnação decifrara o mistério edípico da filosofia grega, só tinha que ser Apologia. Ora, é como apologeta que Santo António se situa, primeiro no quadro geral da escolástica europeia, segundo no quadro geral do primeiro

grande período da história da filosofia portuguesa, isto é, entre o século XIII e a reforma da Universidade por Pombal.

É por demais sabido que as tendências da actual Filosofia Portuguesa, mesmo considerando as possíveis diferenciações metodológicas, se processam ainda dentro do mesmo quadro de uma síntese universal e espiritual que integra o homem na sua dimensão de ponte, entre o Alfa e o Ómega. Por isso, ainda que não escrevendo em português e ainda que não advertido do progresso científico, por virtude do progresso moral, Santo António é tão actual na filosofia portuguesa como D. Duarte, ou como se tem dito de Pedro da Fonseca. É um dos filósofos da raiz, um dos que bebeu a seiva e a ajudou a transmitir a essa realidade que, chamaremos de tradição portuguesa universal, em perpétua Diáspora.

Façamos votos para que os *sermões* sejam traduzidos, ou publicados em edição bilingue, nesta Terra que foi a sua e que é a todos os Portugueses — não apenas dos portugueses fixos no Estado, mas os portugueses de todo o Mundo — tais e tantos são os que herdaram Portugal: os homens dos novos países.

★

O Senhor Vice-Presidente da Direcção, Eng. Júlio Eduardo dos Santos, que presidiu à sessão, secretariado pelos Directores Senhores Doutor Eduardo Neves e Dr. Paulo Caratão Soromenho, agradeceu, em nome do Grupo, ao conferente a sua espontânea e amável atitude de colaboração com os «Amigos de Lisboa». Proferir esta conferência foi, em verdade, iniciativa que o Grupo acolheu com muita simpatia, dada a atenção que sempre lhe têm merecido os assuntos antonianos.

A propósito recordou várias conferências, integradas nesse movimento de glorificação do grande santo *olisiponense,* como as proferidas pelo Rev. P.e Henrique Pinto Rema, Coronel José Ribeiro da Costa Júnior, Matos Sequeira, Penna Peralta, Sidónio Miguel e por si próprio; exposições, umas efectuadas por colaboração de sócios e vários coleccionadores, outras individuais como as de iniciativa do Dr. José Pinto de Aguiar, Alfredo Ferreira do Nascimento e também Júlio Eduardo dos Santos; alocuções nas cerimónias de inauguração ou encerramento dessas exposições; artigos insertos em *Olisipo*; e participação em outras mani-

festações de carácter antoniano. Além dos nomes que acabava de citar, outros devem ser lembrados, por terem contribuído para algumas das modalidades citadas: Doutor Eduardo Neves, Henriques Marques Júnior, Fernando Dias Pereira, Mário Costa, Santos Furtado...

Aludiu depois a várias questões abordadas pelo conferente, tendo-se referido a propósito à orientação teológica e social de S. Francisco de Assis e seu confronto com a de Santo António, e salientou com aplauso o parecer daquele distinto escritor acerca do notabilíssimo estudo de José de Sousa Monteiro *Santo António de Lisboa,* publicado em 1895, obra que pode considerar-se desconhecida entre nós, mas que aos Italianos mereceu, decorridas algumas décadas sobre o seu aparecimento, aprimorada versão, devida a Benedetto Neri. Foi brilhante e variada a produção literária de Sousa Monteiro, atingido sempre pela fatalidade que pesa sobre muitos autores, cuja obra nunca chega a impor-se... Ainda hoje — disse — o seu estudo antoniano apresenta interesse, e mereceria divulgação. (O Sr. Pinharanda Gomes, interrompendo, apoiou estas palavras, e lembrou que a reedição dessa obra poderia ser feita em sucessivos números do Boletim *Olisipo*, alvitre que o Presidente da Mesa considerou digno de oportuna consideração).

Após ligeiras considerações sobre a bibliografia portuguesa concernente a Santo António — com particular e entusiástica menção do primeiro volume da monumental obra *Santo António de Lisboa: Introdução ao Estudo da Obra Antoniana*, do Doutor Francisco da Gama Caeiro, acabada de aparecer — salientou o voto formulado pelo conferente: que os *Sermões* do Doutor Evangélico sejam traduzidos e publicados em edição bilingue, e informou que a versão está feita, concluída há alguns anos, pelo Rev. P.e Henrique Pinto Rema, erudito franciscano, um dos oradores que citara a propósito das conferências promovidas pelos «Amigos de Lisboa», para as quais contribuiu com um trabalho notável: *Santo António e a Cultura da Idade Média.* O original da tradução pertence já (segundo comunicação reservada que lhe foi feita) a um distinto homem de letras, que brevemente a fará publicar por conhecida editorial, logo que sejam vencidas as dificuldades de tão importante e patriótico intuito. Excelente nova para todos que se interessam pelo prestígio da cultura portuguesa!

VISITA
AOS OLHOS DE ÁGUA

pelo Eng.º AMÍLCAR DE MELO

Os altos e áridos rochedos que tendes na vossa frente são os contrafortes do extremo sudeste do maciço calcário da Serra de Santo António e constituem o afloramento meridional dos calcários do jurássico médio, de cujo deslocamento transversal ou falha salta a ressurgência, que constitui a nascente do Rio Alviela ou os Olhos de Água do Alviela, uma das mais copiosas (como ressurgência) do Mundo inteiro. Pena é que na estiagem do Verão se reduza apenas a 1/60 avos do seu máximo valor.

A Serra de Santo António, última elevação, nesta direcção, do vasto maciço orogénico de Porto de Mós é uma serrania calcária, com grandes planaltos cortados de ravinas, lapas, fendas, agulheiros, solo estéril motivado pela falta de água, dado que toda a chuva que nela cai se infiltra imediatamente pelo solo a fundo, que é permeável em grande, indo a água então reunir-se em grandes depósitos subterrâneos que a própria água terá escavado durante os milénios que nos precederam, visto que as águas das chuvas se carregam de anidrido carbónico, ficam ácidas, e com esta acidez têm a propriedade de dissolver os carbonatos, transformando-os em bicarbonatos solúveis, da mesma forma que sabeis que uma gota de vinagre forte faz efervescência e produz uma mancha no tampo polido de mármore duma mesa de cozinha, porque o dissolve.

Nesses grandes depósitos subterrâneos de que, por virtude de expedições espeleológicas se conhece uma pequena parte, com entrada pelo «poço escuro» que ali vedes, encontra-se a água a um nível superior certamente àquele em que nos encontramos ou então ela verte por sifonagem,

naquelas rochas através do ano inteiro. O caudal desta nascente que, a seguir às enormíssimas cheias dos invernos mais pluviosos, dá durante dias mais de 1 500 000 m³ diários, nunca, mesmo nos piores anos, de estiagens mais prolongadas, desce abaixo dos 29 000 m³.

Quando a Lisboa de 1860 não tinha, durante o Verão, mais do que uns 2000 m³ diários aduzidos da zona de Carenque, pelo aqueduto das Águas Livres, obra do magnânimo rei D. João V, e que julgo conheceis já (e que durante o Inverno pode transportar quase 60 000 m³ por dia), a água de que cada Lisboeta podia então dispor não ia além duns escassos 17 litros *para todos os usos municipais e particulares.* Sabendo que um banho de chuveiro não consome menos de 15 a 20 litros, e um banho de tina 120 a 170 litros, fàcilmente se imagina quão poucos lisboetas de há cerca dum século poderiam disfrutar dum razoável asseio. Mas a água nesse tempo era obtida, pelos galegos, nos chafarizes e entregue à porta de cada consumidor para todo o dia, fazendo o galego o tradicional pregão do «a-u».

Foi então que um grupo de capitalistas, tendo à frente um homem notável que em Paris havia vivido alguns anos e ali havia observado o que para o desenvolvimento duma cidade representa o facto de, a qualquer hora do dia ou da noite, se abrir uma torneira em nossa casa e a água jorrar límpida e cristalina, e que era o Dr. Carlos Zeferino Pinto Coelho, se lançou à ideia de fundar uma empresa *com capitais estritamente portugueses,* que se abalançasse à obra de abastecer de água a cidade de Lisboa. O capital então subscrito foi de 5000 contos de réis, da moeda forte dessa época.

Apoiado nos estudos dos geólogos e dos engenheiros que desde tempos vinham estudando os mananciais conhecidos em volta de Lisboa, que pudessem servir para deles derivar água para a cidade e que se encontrassem a uma distância da ordem de 100 a 150 km, foi esta nascente a escolhida para esse fim, pois raramente o caudal desce abaixo de 30 000 m³/dia; mas distava de Lisboa 114 km, o que era muito para o tempo em que tal se passou, e isso agiganta a obra aos nossos olhos, pois actualmente há quem tenha receio de ir buscar água ao Cabril ou à Bouçã. Era um achado: como a Lisboa de então não possuía mais de 100 000 hab. a mínima capitação correspondente era de 30 000 000 1: 100 000 hab. = = 300 l/dia, o que era um volume muito respeitável. Daí a ideia de derivar esta água para Lisboa, por meio duma obra de alvenaria a que inicialmente, para a distinguir do aqueduto das Águas Livres, se deu o nome

de Canal do Alviela, mas que é verdadeira e etimològicamente um aqueduto.

Começaram então as grandes preocupações dos homens dessa época e que foram de duas naturezas: financeiras e técnicas. Onde e como reunir os capitais necessários para custear tão extensa obra? Como, por que processos conduzir a Lisboa essa água?

— Qual o traçado que se havia de dar ao aqueduto: o traçado alto, ou o traçado baixo? Isto é: deveria a água ser aqui elevada a um reservatório tão alto que, à chegada a Lisboa a água se distribuísse, sem elevação, por queda livre, por toda a cidade?

— Ou deveria a água recebida ou captada neste local à cota da nascente, ir descendo contìnuamente para Lisboa e lá então ser elevada para os bairros elevados da cidade?

Essa questão, que ao nosso espírito hoje se afiguraria clara e indubitável de escolher logo, sem mais delongas, o traçado baixo, por economia não só de obras de primeiro estabelecimento, como de exploração (na primeira hipótese, levantar toda a água a consumir a uma cota elevada, deixando-a cair, era um desperdício do dinheiro em que importasse a sua elevação) e nas obras de primeiro estabelecimento no traçado alto seriam muito mais compridas e teriam carga muito mais elevada as canalizações sob pressão — de ferro fundido, que seria preciso assentar no atravessamento dos vales profundos ou extensos que no traçado se encontrassem — o que nós chamamos hoje os sifões, e que eles naquele tempo chamavam canalizações em repuxo.

Pois os técnicos da Companhia levantaram os dois perfis: o do traçado baixo e o do traçado alto, à custa de imensas canseiras, para, só depois de estarem de posse das plantas e dos perfis respectivos, se decidir do traçado a escolher.

É claro que, pesados os prós e os contras de ter de se instalar, num local inóspito como aquele em que nos encontramos, afastado de todos os centros industriais e comerciais importantes, uma estação com bombas elevadoras e com os necessários geradores de energia — caldeiras que era o que na época havia, pensando nas avarias que se poderiam dar e no tempo que levaria alguém a deslocar-se com as peças avariadas daqui a Lisboa ou de Lisboa até aqui, venceu a solução razoável de fazer a água sair daqui naturalmente, ou pelo seu pé como se diz em linguagem popular, e só em Lisboa se elevar nas quantidades e alturas precisas para cada

bairro a abastecer. Foi então escolhido e seguido o traçado baixo, que é muitíssimo mais económico, tanto sob o ponto de vista da despesa inicial, como sob o das despesas de exploração.

Escolhido o traçado, e elaborado o projecto, houve que meter mãos à obra. Mas como conseguir dinheiro para construir uma canalização tão grande que dentro dela caberia um homem de pé — só reservada à água? (No aqueduto das Águas Livres as caleiras ocupadas pela água, uma de cada lado do caminho reservado ao trânsito dos guardas ou cantoneiros, ficam abaixo do joelho dum homem) — e tão extensa que, em vez dos 17 km ou 3,5 léguas do ramal principal do Aqueduto das Águas Livres, teria nada menos de 23 léguas e meia?!

Apelou o Doutor Pinto Coelho para os seus amigos, para os amigos dos seus amigos, para reunir os capitais necessários a fim de se efectuar tão grande empreendimento; e assim bateriam à porta de viscondes, condes, marqueses, banqueiros, e entre eles apareceu o Doutor Teixeira de Queirós, um ilustre advogado e escritor minhoto, que tinha bons amigos, e subscreveram muitas e muitas acções.

Assim se constituiu a actual Companhia das Águas de Lisboa, que foi a terceira empresa organizada com o fim de abastecer de água a cidade, tendo as duas anteriores falido e desistido dos seus intentos, logo nos primeiros anos da sua existência, embora cada uma tivesse efectuado algumas obras importantes, como os aquedutos da Mata e do Brouco, tributários da rede de aquedutos das Águas Livres e alguns reservatórios: cisterna da Penha, reservatório da Verónica e reservatório da Patriarcal.

As obras do aqueduto ou canal do Alviela começaram em 1869 e terminaram no ano de 1880, ano este em que chegou a água ao reservatório dos Barbadinhos, onde foi construída a estação elevadora de máquinas a vapor que alguns de V. Ex.[a3] já conhecem, e aí foram inauguradas solenemente em 3 de Outubro de 1880, perante suas Majestades e Altezas, mas que já estava acabado desde os primeiros dias de Setembro.

Para dar ideia do volume das obras citarei os seguintes números:

comprimento total de trincheiras	77,4 km
comprimento total de arcadas ou pontes	3,6 km
comprimento total de túneis	17,4 km
comprimento total de sifões	15,6 km
	114,0 km

Há arcadas deveras notáveis; o número dos seus arcos com vãos de 3, 4 e 5 m é de 881 m. A arcada mais comprida tem 343 m de comprimento, e a mais elevada tem o exterior do canal a 18,5 m acima do fundo do vale: altura de um quinto andar dos de hoje.

A nascente brota à cota de 54,33 m acima do nível médio do mar. O desnível do canal em todo o seu comprimento é de 22,67 m e a chegada a Lisboa, aos Barbadinhos, é à cota de 31,66 m.

O declive do fundo do canal é de 12 centímetros por quilómetro e a perda de carga nos sifões ou desnível entre fundos de casas de água é de 60 centímetros por quilómetro. É tão pequeno este declive que alguns contemporâneos da construção, não técnicos evidentemente, se recusavam a admitir a possibilidade de que, com tão pequeno declive, a água chegasse a Lisboa.

A secção recta interior do aqueduto é composta por um semicírculo de 1,20 m de diâmetro, sobre o qual assenta uma semielipse cujo semi eixo menor é de 0,60 m (igual ao raio do círculo inferior) e cujo eixo maior é de 1,20 m. Tem assim a largura máxima de 1,20 m e a altura do eixo de 1,80 m, e dentro dele anda-se perfeitamente, mas não é muito fácil cruzarem-se pessoas.

Foram autores desse projecto dois distintos engenheiros portugueses:

Joaquim Pires de Sousa Gomes,
José Joaquim Paiva de Cabral Couceiro.

As obras foram efectuadas por administração, mas a Companhia contratou com dois empreiteiros parte das obras:

para as terraplanagens, o súbdito espanhol D. Ramón de Acha;
para as canalizações dos sifões Fortin Hermann & C.ª, de Paris

sendo franceses os tubos de ferro fundido.

As adufas de ferro fundido, com veios de parafusos de aço são nacionais, tendo sido construídas nas oficinas da própria Companhia, em Campo de Ourique.

POESIAS OLISIPONENSES

I

Um Peregrino, cansado
De percorrer Continentes,
Em Lisboa, deslumbrado,
Pregou a diversas Gentes:

Que Deus, de saber profundo,
Na sua infinda bondade
Guarde Lisboa — a cidade
Mais deslumbrante do Mundo.

TEODORO LOPES RAMOS (†)

II

OS ENCANTOS DE LISBOA

Na alta colina se vê o Castelo,
Lembra dos moiros o seu poderio,
Conquistado por nós — que esforço belo! —
Em pelejas heróicas de alto brio! ...

Cenário lindo! Como descrevê-lo?
Em seu redor está o casario,
Num carinhoso jeito a envolvê-lo,
Até chegar, de manso, junto ao rio.

O nosso Tejo! O rio grandioso
Que vem de longe, sempre tão formoso,
Numa harmonia que nunca destoa.

Passar a Ponte, aos pés do Cristo-Rei! ...
O' Poetas cantai! — pois eu não sei —
Esta linda Cidade de Lisboa!

CHRISTINA BÉRENS FREIRE

13 de Maio de 1968

RELATÓRIO
DA
JUNTA DIRECTIVA

relativo ao ano de 1967

Ex.mos Consócios:

Como se referiu no Relatório do ano anterior, o nosso Grupo está sofrendo a crise da idade, tal qual como as pessoas, pois que a 32 anos da nossa fundação o Grupo está nas suas infra-estruturas necessitado de remodelação: são os Estatutos, cuja alteração está em curso, os Corpos Sociais que necessitam renovação para a entrada de sangue novo, mas operoso, e com espírito de colaboração desinteressada e de sacrifício, e a entrada de sócios para suprir o desgaste pelo desaparecimento de muitos dos fundadores e dos velhos entusiastas dos primeiros tempos.

Se, financeiramente, foi serena a vida do Grupo, mercê da generosidade repetida do Senhor Presidente da Ex.ma Câmara Municipal de Lisboa, a vida cultural foi penosa, porque já é difícil arranjar, dentro do âmbito da cidade, matéria para organizar os nossos programas de visitas e a frequência das conferências ser de uma maneira geral diminuta. Os tempos são outros e as predilecções parece que também.

Os livros e os balancetes elucidam V. Ex.as, sobre o movimento do Grupo nesse particular. O saldo do exercício foi 19.536$19. A receita proveniente das realizações culturais baixou este ano simplesmente para 39$70, razão por que se criou uma inscrição mínima e suplementar para todas as realizações, para os que não utilizam os nossos transportes, e para suprir as despesas com pessoal, impressos, etc.

Durante o ano de 1967 foi o seguinte o movimento dos sócios:

Efectivos	982		
Honorários	2	984	sócios
Faleceram	27		
Demitidos	40	67	»
		917	»
Admitidos	26		
Readmitidos	4	30	»
Em 31 de Dezembro de 1967		947	»

Os falecidos foram:

60 — Dr. José Leitão de Barros
176 — Luís Moita
370 — Bento Gomes
654 — Dr. Ruy d'Andrade
749 — Jorge Cordeiro Blanco
876 — Mário Lopes de Morais
958 — Eng.º Mário Kol de Alvarenga
1320 — Luís de Sant'Ana Pinheiro
1400 — Ricardo Ornelas
1646 — Filipe Joaquim Conrado
1815 — Rui da Cruz Alves
1926 — Lourenço de Melo
2002 — Carlos Farinha
2014 — Augusto Carlos de Saldanha
2024 — Dr. José Galhardo
2164 — Alfredo Joaquim Ferreira do Nascimento
2339 — José Manuel Alves do Rio
2563 — Virgílio da Costa Neves
2662 — Alfredo dos Santos Reis
2681 — Comandante Jaime do Inso
2703 — Raul Galamas
3046 — José Agostinho
3364 — D. Apolónia Fragoso da Silva David
3420 — Dr. Francisco Adelino de Vasconcelos
3433 — Gil Bella
3516 — José Leitão de Figueiredo
3566 — Miguel António Cardoso

Todos nos merecem uma palavra de saudade, mas alguns foram particularmente efectivos e operosos na sua colaboração nos nossos trabalhos, quer como membros dos nossos Corpos Gerentes quer como colaboradores do nosso OLISIPO e da nossa actividade cultural.

Repetir-lhes os nomes basta para fàcilmente se recordar o campo da sua actividade especializada. O sócio fundador n.º 60, Dr. Leitão de Barros, a que o nosso «Boletim» já prestou homenagem; Luís Moita, Dr. Ruy d'Andrade, Jorge Cordeiro Blanco, Eng.º Mário Kol de Alvarenga, Alfredo Ferreira do Nascimento, Comandante Jaime do Inso e José Agostinho, o prestimoso e solícito funcionário que nos acompanhou durante anos e que se finou bastante novo. À saudade por todos, há que juntar o nosso agradecimento pelos prestimosos serviços de todos.

Durante o ano entraram na nossa Biblioteca vários volumes oferecidos e foi adquirido para completar a nossa colecção 1 exemplar de «Depois do Terramoto» (nova edição).

Adquirimos uma oleografia antiga, colorida, representando a Praça dos Restauradores e a Avenida da Liberdade.

Igualmente deram entrada no Grupo uma aguarela de Eduardo St'Aubyn, representando o Arco do Marquês do Alegrete, oferta da nossa sócia D. Berta Borges; uma curiosa fotografia de 41×21 representando o Rossio (1861-66), oferta do nosso consócio Sr. Eng.º Carlos Joyce Dinis, e 2 medalhas de bronze, uma comemorativa do centenário do nosso sócio honorário «Diário de Notícias», oferta do nosso consócio Sr. Mário Gonçalves Costa, e outra comemorativa do 70.º aniversário do nosso consócio Sr. Arménio Mendonça, oferta do homenageado.

Há, como de hábito, que agradecer aos nossos colaboradores que nos auxiliaram nas actividades culturais ou na publicação do nosso OLISIPO.

Iguais agradecimentos são devidos à digna Comissão de Contas e à Imprensa, Emissoras de Rádio e Televisão que, com tanta dedicação, nos acompanharam e auxiliaram na nossa tarefa.

Para documentarmos a vida de relação do Grupo a seguir se anotam as principais actividades de cortesia do ano findo:

O Grupo fez-se representar no aniversário de Sua Excelência O Presidente da República, pelo Director Secretário-Geral que foi inscrever-se no Palácio de Belém.

Na Casa de Gouveia (para que foi convidado especialmente), pelo Director Secretário-Geral.

No da fundação da Biblioteca Central da Marinha (para que foi convidado especialmente), pelo Vice-Presidente e pelo Director Secretário-Geral.

Nas homenagens a António Nobre:

a) na inauguração da lápida pelos senhores Vice-Presidente e Director Tesoureiro;

b) na Sessão Cultural pelo Director Secretário-Geral e Sr. Dr. Paulo Caratão Soromenho.

Na sessão inaugural da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa, pelo Director Secretário-Geral e pelo Sr. Dr. Alberto Gomes.

Na inauguração da Avenida Calouste Gulbenkian e na inauguração da estátua de Guerra Junqueiro, respectivamente pelos senhores Vice-Presidente e Director Secretário-Geral.

Na posse do novo Vice-Presidente da Ex.ma Câmara Municipal de Lisboa, Eng.º Saldanha, pelo Vice-Presidente, Director Secretário-Geral e Director Tesoureiro.

Também, a Junta Directiva se representou nos funerais dos antigos directores Dr. Leitão de Barros e Alfredo Ferreira do Nascimento; no da viúva do antigo Presidente, Matos Sequeira, D. Beatriz Matos Sequeira; nos dos nossos consócios Comandante Jaime do Inso e Luís Moita e no do nosso consócio e funcionário José Agostinho.

A propósito da passagem do ano foram enviados telegramas a sua Excelência o Senhor Presidente da República, senhores Presidente da Câmara e Vice-Presidente da mesma.

Não se perdeu assim o contacto directo com as organizações culturais e com a Ex.ma Câmara, marcando nós sempre a nossa presença em todas as manifestações dessas agremiações e se a frisamos é simplesmente para lembrarmos que o Grupo é convidado normal-

mente para colaborar na vida desses organismos, o que abona a nossa cotação no campo social e no da inteligência.

Propomos pois:

a) Um voto de sentimento pelos sócios falecidos;
b) Agradecimento à Presidência da Ex.ma Câmara Municipal de Lisboa pela concessão do subsídio referido;
c) Agradecimento ao senhor Relator da Comissão de Contas pela sua amabilidade em continuar a orientar os nossos serviços de contabilidade;
d) Agradecimento à Imprensa, Rádio e Televisão.

Lisboa, 31 de Dezembro de 1967.

A JUNTA DIRECTIVA

O PRESIDENTE

Prof. Doutor Fernando Freitas Simões

O VICE-PRESIDENTE

Eng.º Júlio Eduardo dos Santos

O DIRECTOR SECRETÁRIO-GERAL E RELATOR

Doutor Eduardo Augusto da Silva Neves

O DIRECTOR SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO

Fernando Dias Pereira

O DIRECTOR TESOUREIRO

Hugo Raposo

OS VOGAIS DA JUNTA DIRECTIVA

Dr. Alberto Gomes
Dr. Paulo Caratão Soromenho
Adolfo Simões Müller
Dr. José Pedro Machado

PARECER
da
COMISSÃO DE CONTAS
referente ao exercício de 1967

Ex.mos Consócios:

No apuramento dos resultados de mais um ano de actividades do nosso Grupo, temos de reconhecer que não é nada brilhante a situação.

O número de sócios continua a diminuir acentuadamente e, como consequência, também diminui a quotização.

Para mais, o resultado das realizações culturais cifrou-se apenas em 39$70.

Felizmente para o Grupo, a Ex.ma Câmara Municipal de Lisboa manteve o generoso subsídio de 40.000$00, pois, de contrário, em vez de um resultado positivo do exercício, da importância de 19.536$19, haveria um prejuízo de 20.463$81.

Assim, tendo verificado a certeza da escrita, temos a honra de propor que aproveis o seguinte:

— o Relatório e Contas do exercício findo, e

— um voto de louvor à Junta Directiva, pela dedicação com que geriu o actos administrativos.

Lisboa, 10 de Janeiro de 1968.

A COMISSÃO DE CONTAS

O PRESIDENTE

Coronel Aníbal Afra Nozes

O SECRETÁRIO

Hygino Nunes da Silva

O RELATOR

Dr. Francisco Gonçalves do Couto Santos

ACTIVIDADE CULTURAL

referente ao ano de 1968

Este ano a nossa actividade cultural iniciou-se com uma visita de estudo à Ermida de Santo Amaro. Este imóvel, já por mais de uma vez visitado pelo Grupo, durante várias fases da sua conservação, foi agora observado sob a direcção do Rev.º Padre João Gonçalves e do Eng.º Santos Simões, nossos consócios, que se referiram ao eventos do edifício, o qual resistiu ao terremoto de 1755, e aos notáveis azulejos que possui. Foi elevado o número de consócios que acorreram à visita, no dia 28 de Janeiro.

Durante esse mês, e a 29, realizou-se a reunião ordinária da Assembleia Geral para leitura e apreciação das contas. Nessa Assembleia foi aprovado por aclamação, sócio honorário, o Senhor General António Vitorino França Borges, ilustre Presidente da Ex.ma Câmara Municipal de Lisboa, e de há muito já sócio efectivo.

Em 11 de Fevereiro foi visitado o Museu dos C. T. T., tendo a respectiva conservadora, Sr.ª Dr.ª D. Maria da Glória Firmino, feito a história do Museu e descrevendo o seu recheio, onde se encontram numerosos trabalhos artísticos do nosso consócio Sr. Luís Trindade.

A 15 do mesmo mês, realizou-se a 59.ª Sessão de *Colóquios Olisiponenses* em que tomaram parte o Secretário-Geral e o Vice-Presidente da Junta Directiva, fazendo o primeiro a apresentação de alguns números da sua colecção de jornais, e o segundo referindo-se aos escritores lisboetas Marquês de Faria e Sebastião Botelho, a propósito do seu, respectivamente, primeiro e segundo centenário de nascimento. Em seguida se faz o resumo das palavras proferidas.

O Eng.º Júlio E. dos Santos evocou a vida e a obra de dois escritores lisboetas, Sebastião Xavier Botelho, nascido em 1768, e António de Portugal de Faria, 2.º Visconde de Faria (mais conhecido por Marquês de Faria, título de nobreza pontifícia, concedido por Leão XIII), nascido em 1868.

O primeiro teve actuação brilhante na vida política e social portuguesa, e distinguiu-se como prosador, poeta e dramaturgo. Foram notáveis designadamente as suas obras referentes aos territórios portugueses de África, algumas das quais provocaram largas referências na imprensa estrangeira, como a *Memória Estatística sobre os Domínios Portugueses na África Oriental*, 1.ª e 2.ª partes, e *Resumo para servir de Introdução à Memória Estatística*, etc. Deve ser citado também o trabalho, saído pòstumamente, *Escravatura: Benefícios que podem advir às nossas Possessões da África da Proibição daquele Tráfico.*

Extensa a sua bibliografia pròpriamente literária, com várias obras originais e também traduções em verso de composições de Metastásio, Racine e Voltaire. Muitas das suas produções ficaram inéditas. Fez parte do grupo de elementos inicialmente nomeados para o Conservatório Real de Lisboa, onde Alexandre Herculano proferiu o seu elogio histórico, curiosa peça que exalta os méritos do autor evocado, patenteados mais nas versões portuguesas publicadas do que na originalidade das suas próprias obras.

Sebastião Xavier Botelho faleceu em Lisboa, no ano de 1840.

O Marquês de Faria, que seguiu a carreira consular, deixou numerosas obras, na sua quase totalidade pequenos estudos genealógicos. O seu nome merece justa homenagem por se tratar de um dos Portugueses que, no estrangeiro, mais se têm esforçado por enaltecer a sua Pátria. Além dos livros e folhetos sobre genealogia, o orador citou, entre outros, os seguintes trabalhos de António de Portugal de Faria: *Vasco da Gama* (Livorno, 1898); *O Cardeal D. Jaime de Portugal* (Livorno, 1899); *Instruções de S. M. El-Rei D. Pedro V ao General Fortunato José Barreiros* (Livorno, 1899); *Portugal e Itália* (Livorno, 1900 e 1905); *Portugal e o Brasil: Para a História de um Conflito Diplomático* (Livorno, 1901); *A trasladação de Garrett* (Paris, 1903); *Sanit Antoine de Lisbonne*, do Barão de Santana Neri [edição e prefácio] (Livorno, 1905); *D. Antonio, Prieur de Crato, XVIII Roi de Portugal* (Milão, 1909; Paris, 1913); *Relations sociales, intellectuelles et commerciales entre da Suisse et le Portugal* (Vevey, 1912); *Notas, Documentos e Bibliografia para o Frei Luís de Sousa*, de Garrett, versão francesa de Maxime Formont.

O Marquês de Faria faleceu em Lisboa, no ano de 1937.

O Doutor Eduardo Neves apresentou o primeiro número da «Revista Variedades» de 1801, que foi o primeiro magazine português, e um outro exemplar duma revista de 1835, ambos de Lisboa e um volume intitulado «Batrachomachia» de 1835, traduzido da obra de Homero escrita em grego.

Em Março, a 14, na nossa sede realizou-se uma conferência comemorativa do 2.º centenário do nascimento do Pintor Lisboeta Domingos

António de Sequeira. Foi conferente o Vice-Presidente da Assembleia Geral, Prof. Armando de Lucena, que fez acompanhar as suas eruditas palavras por projecções, estando expostas duas gravuras, «A Sopa de Arroios», da colecção do Director Tesoureiro Sr. Hugo Raposo, e «Pisolino do Inferno de Dante», da colecção do signatário. A conferência, que teve por título «Sequeira na Arte do seu tempo», teve larga concorrência, despertou grande interesse nos meios culturais e na Imprensa e foi a primeira manifestação cultural prestada a Domingos Sequeira no seu centenário.

O Prof. Armando de Lucena proferindo a conferência, e a mesa que presidiu

A 24, à tarde, foi visitada em Cascais a Cidadela com o seu palácio e aquartelamento, tendo os visitantes estado junto da Imagem de Santo António. No aquartelamento foram os visitantes recebidos pelo Sr. Capitão Torres Silva e no palácio, pelo seu conservador, Sr. Joaquim Cardoso. Depois de vista a Boca do Inferno, os visitantes foram recebidos pelo Presidente da Junta de Turismo da Costa do Sol, Sr. Serra e Moura, que lhes ofereceu um Carcavelos de honra. Nos salões estavam expostos trabalhos do artista Mário Silva.

Em Abril, a 25, realizou-se a 60.ª Sessão dos *Colóquios Olisiponenses*. O Director Secretário-Geral apresentou uma rara peça da

sua colecção, intitulada «Instituições da Língua Arábica»: volume encadernado, de 143 páginas, composto por Frei António Baptista, publicado em Lisboa, em 1774. O primeiro possuidor desse volume foi Frei João de Sousa, que o adquiriu por 720 réis, passando mais tarde à posse de Rodrigo de Sá Mendonça, que o comprou por 600 réis. Pinto de Matos no seu valioso trabalho bibliográfico, publicado em 1890, diz ter visto essa obra ser vendida por 3000 réis. Ainda no uso da palavra o Doutor Eduardo Neves apresentou pormenorizadamente um programa dum sarau de homenagem a Carlos Gomes, realizado em 5 de Abril de 1897, no Salão da Trindade. Junto se publicam as palavras proferidas.

Agora, que a propósito das comemorações do Maestro Carlos Gomes foi novamente cantada, em Lisboa, a ópera GUARANY, achei curioso trazer ao vosso conhecimento o programa ilustrado da homenagem que a Real Academia de Amadores de Música promoveu em 5 de Abril de 1897, às oito e meia horas da noite, no Salão da Trindade. Esse programa, que da minha colecção trouxe, foi impresso na Tipografia da Companhia Nacional Editora, e consta de 28 páginas, impressas a duas cores, e inclui um retrato do Maestro, extratexto.

Abre com uma notícia biográfica, assinada por Ernesto Vieira que nos elucida ter António Carlos Gomes nascido em Campinas, São Paulo, Brasil, em 13 de Julho de 1839. Filho já de músico, oriundo de família portuguesa, Carlos Gomes esteve em Lisboa, pela primeira vez, em 1864, onde travou relações com o 1.º Visconde de Castilho.

Voltou a estar em Lisboa em 1880, quando a sua maior criação, o GUARANY, foi cantada no Teatro de São Carlos. Assistiu aos ensaios da sua ópera. Em 1895 veio novamente a Lisboa e veio a falecer em 1896.

Este programa é colaborado por Luís Guimarães, Tomás Ribeiro, Bulhão Pato, Henrique Lopes de Mendonça e Fernandes Costa. No sarau as poesias foram recitadas pelos actores João Rosa, Eduardo Brasão, Augusto Rosa, Augusto de Melo e Chaby Pinheiro. A primeira parte fechou com um número musical, escrito por Augusto Machado, e pela execução de uma peça de Carlos Gomes, instrumentada por Victor Hussla.

A osquestra da Real Academia nas duas partes do sarau executou música de Carlos Gomes e os grandes artistas da época Paulo do Quental, D. Ernestina Cardoso, Frank de Castro e Ida Blanck cantaram melodias e trechos de partituras de Carlos Gomes, que na terceira parte viu interpretada por António Andrade a sua Romanza de Salvador Rosa.

Ao piano Óscar da Silva e Miguel Ângelo Lambertini, ambos da Real Academia. Da orquestra, dirigida por Victor Hussla, faziam parte além de outros, cujos nomes o programa refere, o Conde de Moçâmedes, o Dr. Domingos Pinto Coelho, D. Duarte de Noronha, Duque de Loulé, D. Fernando Sousa Coutinho, D. Luís da Cunha Meneses, Dr. Manuel Ferreira Cardoso, o Visconde

d'Atouguia, etc. Assim se verifica que Carlos Gomes pouco tempo após a sua morte, foi homenageado pela Real Academia com um notabilíssimo sarau em que os executantes e os intérpretes, foram dos melhores que possuíamos na época.

Em Maio, por amável aquiescência do nosso consócio Sr. Teodoro dos Santos, os «Amigos de Lisboa» visitaram as novas instalações do Casino do Estoril, onde foram recebidos pelo Sr. Coronel Almeida Andrade, Administrador da Instituição, que aos visitantes deu as boas-vindas, que os Directores do Grupo Eng.º Júlio Eduardo dos Santos, Doutor Eduardo Neves e Sr. Hugo Raposo agradeceram. Foram cerca de três centenas de sócios, os que visitaram as belas instalações.

No sábado, 18, foi visitado o Palácio Nacional da Ajuda, que despertou grande interesse e teve grande afluência, como de hábito.

A 26, deslocaram-se os «Amigos» às instalações da Emissora de Porto Alto, do Rádio Clube Português, que visitaram demoradamente, e tiveram por cicerone o Director do Posto, Sr. Joaquim Gonçalves. Seguidamente os visitantes reuniram-se no Restaurante Típico de Vila Franca.

Em Junho, a 6, realizou-se na sede uma conferência pelo escritor Sr. Pinharanda Gomes, que versou o tema «Situação de Santo António na Filosofia Portuguesa». Esta conferência foi largamente concorrida. As palavras de apresentação proferidas pelo Director Sr. Dr. Paulo Caratão Soromenho e os comentários do Presidente da Sessão, Sr. Eng.º Júlio Eduardo dos Santos, são publicados neste número.

A 10, a propósito do dia por Lisboa consagrado a Santo António, foi visitada a igreja de Santo António à Sé, em cuja cripta se vê o quarto, onde o Santo nasceu.

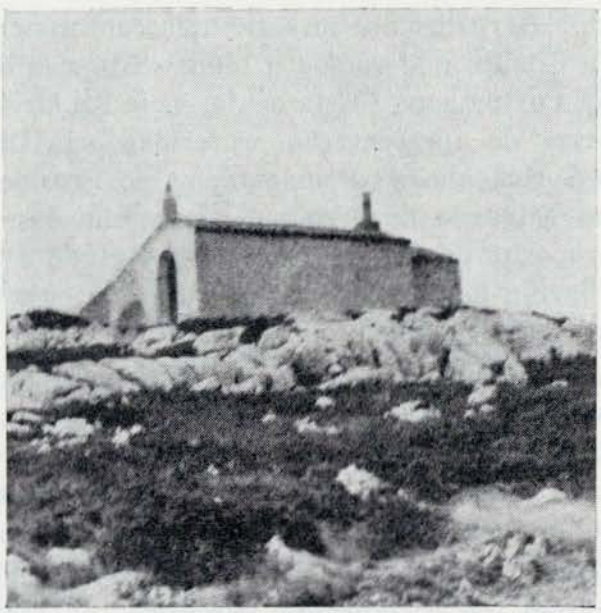
No domingo, 30, foram visitadas as instalações das nascentes do Rio Alviela, sendo os «Amigos de Lisboa» recebidos em nome da Direcção da Companhia das Águas de Lisboa, nossa consócia, pelo Sr. Eng.º Amílcar de Melo, que proferiu algumas palavras, que noutro lugar deste número se transcrevem.

Seguidamente os visitantes reuniram-se num almoço, que se realizou em Santarém, no restaurante Pampilho, no recinto da Feira, reunião que foi aproveitada para se homenagear o nosso consócio, escalabitano ilustre, Sr. Capitão Júlio da Costa Pinto. Este ilustre oficial, condecorado com a Torre Espada por relevantes serviços prestados no Ultramar, por várias vezes tem sido o promotor e o cicerone de realizações do Grupo em Santarém — reconstituição do

roteiro das «Viagens na Minha Terra», visita na Azóia à casa onde faleceu Alexandre Herculano, visita aos monumentos da cidade. O Grupo, aproveitando o ensejo para o homenagear a propósito do seu aniversário, realizou esta reunião de convívio, tendo o Director Secretário-Geral e vários outros sócios presentes saudado o homenageado, que comovido agradeceu, anunciando nessa altura a oferta que, comemorando o acontecimento, fazia ao Grupo de um exemplar astìsticamente encadernado de «Portas brasonadas de Lisboa», da autoria do notável aguarelista Alberto de Sousa.

Em Julho, a 14, foi visitada a igreja da Memória, em Belém, estando patente numa sala anexa o túmulo do Marquês de Pombal.

A 18, realizou-se a 61.ª Sessão dos *Colóquios Olisiponenses*, na sede, tendo o Director Secretário-Geral falado da inauguração do busto de Possidónio da Silva, e da pneumónica; e o Dr. Paulo Caratão Soromenho fez a «Apresentação do 2.º Volume dos *Contos Populares e Lendas*, coligidos pelo Dr. Leite de Vasconcellos.»



Ermida de S. João, na Serra de Montejunto

A 21, foram visitadas a Serra de Montejunto e as Ermidas da Senhora das Neves e São João, assim como as ruínas do antigo Convento dos Frades dominicanos. Na Serra foram visitados os poços

e as geleiras, onde antigamente se conservava a «neve», que se consumia em Lisboa.

Seguidamente os visitantes almoçaram no Restaurante Ponderosa, perto de Rio Maior, e no regresso foram visitar o recente monumento a Nun'Álvares, na Batalha, junto do qual a nossa consócia, a poetisa D. Laura d'Aviz, recitou uma poesia da sua autoria consagrada ao Condestável.

NUN'ALVARES

A Sua Excelência o Senhor General França Borges, Ilustre Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, quando da inauguração da estátua ao Santo Condestável, D. Nuno Álvares Pereira, na Batalha, em 28 de Abril de 1968.

Repicam os sinos na Catedral notável,
Tremem nos túmulos D. João e a sua geração:
Lisboa foi pagar ao seu Santo Condestável
Uma dívida sagrada de eterna gratidão.

Perpetuando no bronze, com imensa beleza,
A figura do Herói, de todos o primeiro,
Que não pôde consentir que a Raça Portuguesa
Vivesse subjugada ao jugo do estrangeiro!

Meu Portugal de hoje, meu Portugal d'outrora,
Que a tua linda terra sempre soubeste amar!
Herdeiros de Nun'Alvares que batalhais agora,
VENCEREIS o estrangeiro em terras d'Ultramar!

Laura de Aviz

Junto se publicam algumas fotos desta visita de estudo e a poesia recitada.

Em Outubro, foi visitada, a 27, a igreja da Conceição Velha, no local da antiga igreja da Misericórdia. A visita que reuniu mais de um cento de pessoas foi dirigida pelo Reitor da igreja, o Reverendo Padre Vicente Esteves. Em Novembro, comemorando o bicentenário da morte do Arquitecto Manuel da Maia, realizou-se na sede, em 14, uma conferência proferida pelo Dr. Flórido de Vasconcelos, da Academia Nacional de Belas-Artes, antigo assistente da Faculdade de Letras do Porto e actual chefe da Repartição de Serviços Culturais da Câmara Municipal da mesma cidade. O orador focou a vida e obra

Um dos poços da antiga galeria de 1782

em prol da Cidade e da cultura do Arquitecto Manuel da Maia, tendo sido muito aplaudido pela numerosa assistência que o escutou. É de referir que Manuel da Maia já tinha sido objecto dum estudo publicado no nosso Boletim OLISIPO e em separata pelo nosso falecido consócio Alfredo Ferreira do Nascimento.

Anotemos ainda que a mesa em que Manuel da Maia trabalhava está hoje na posse da família do Dr. Simões Alves, de Belém, que com o arquitecto tinha laços de parentesco. Esta informação, que nos foi fornecida pelo nosso consócio Professor Oliveira Martins, já serviu de base para solicitação feita ao Ex.mo Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, em vista à possibilidade de tal móvel ser devidamente resguardado.

A 17, os «Amigos de Lisboa» deslocaram-se em visita de estudo a Sintra, onde viram o Palácio da Vila, a igreja de Santa Maria e a Biblioteca-Museu Municipal, onde o respectivo director, Sr. Francisco Costa, os acompanhou, particularmente às secções camiliana e de cerâmica. A visita foi autorizada pelo Presidente da respectiva Câmara Municipal.

Os visitantes, após o almoço no Hotel Neto, regressaram a Lisboa ao fim da tarde, pela Boca do Inferno, Cascais e Estoril.

A 28, realizou-se na sede a 62.ª Sessão dos *Colóquios Olisiponenses*, em que foram abordados pelos Srs. Hugo Raposo, Eng.º Júlio Eduardo dos Santos e o signatário assuntos referentes à próxima passagem do aniversário da Revolução de 1640 e as profundas modificações da estrutura interior de alguns templos da capital, sendo focados os receios que isso alterasse, sob o ponto de vista histórico e artístico, a respectiva perspectiva. A este último reparo associou-se o nosso consócio, o Rev.º Padre Santos Costa, que com os oradores antecedentes manifestou a urgência de se representar superiormente sobre o assunto.

As fotografias reproduzidas são da autoria dos Consócios Srs. Fernando Dias Pereira (aspectos da conferência do Prof. Armando de Lucena) e Dr. F. Couto Santos (as referentes à Serra de Montejunto).

E. N.

Efemérides

Companheiros assíduos —No Relatório das actividades de 1968 fizemos referência aos sócios falecidos durante o ano, todos respeitáveis e alguns colaboradores das nossas actividades. Um há porém, o Senhor Álvaro Heliodoro Gomes da Silva, que de há muito era habitual companheiro das nossas visitas, conferências e assembleias gerais. Era pois um comparsa conhecido e sempre interessado, que deixámos de ver e encontrar. Fazem muita falta estes companheiros habituais.

Publicações — A Senhora Condessa de Alvor, que usa o nome literário de Duarte Gil, publicou um livro «Em redor das Armas dos Távoras». Com carinho de esposa amantíssima pesquisa e resolve uma questão heráldica que seu marido não conseguiu em vida ver resolvida. O assunto porque muito tem de olisiponense merece leitura e aqui se regista. A distribuidora é a Tipografia Ideal, Calçada de S. Francisco, 13, em Lisboa.

Amabilidades — A Casa Rodrigues — Rua Augusta 76/80 comunica-nos que concede o desconto de 20 % na secção de lanifícios e 10 % na secção de sedas, confecções e artigos estrangeiros aos nossos sócios que como tal se identifiquem.

Agradecemos.

Feira da Ladra

FICHEIRO

45. *Ginásio do Alto do Pina*

Um grupo de habitantes do castiço bairro do Alto do Pina, com o propósito de proporcionar meios de cultura e recreio, fundou em 11 de Novembro de 1911 o Grémio do Alto do Pina, mais tarde compelido a adoptar a designação de Ginásio.

Instalada a sede em casa alugada, ainda hoje lá existe na Rua Barão de Sabrosa.

A sua primeira realização foi a do grupo dramático, constituído apenas por gente do bairro.

Lutando com dificuldades sempre crescentes, o grupo dramático foi cumprindo galhardamente a sua missão. Uma das peças levadas à cena no pequeno palco do Alto do Pina foi «A Raça», com a qual conquistaram em 1945, no concurso do S. N. I., o primeiro prémio («Augusto Rosa»).

Em Maio desse ano constituíram o *Grupo Dramático Infantil*, que em 26 de Junho de 1946 deu a sua primeira récita.

Tanto uma como outra de tão interessantes e necessárias iniciativas soçobraram pelas dificuldade já referidas.

Proporcionando aos sócios outras distracções, tem o Ginásio uma pequena biblioteca com cerca de 500 volumes, assim desenvolvendo os seus dedicados dirigentes uma acção digna de registo e aplauso.

Outra faceta é a da beneficência, cujo núcleo promotor tem desenvolvido larga acção, distribuindo anualmente vestuário e calçado às crianças mais carecidas e entregando, a necessitados também, donativos em dinheiro e géneros alimentícios.

46. *Andorinha Futebol Clube*

Em 5 de Maio de 1920, um grupo de entusiastas do desporto fundou o Andorinha Futebol Clube, que tem a sua sede na Rua dos Sete Moinhos, A. F. C.

Além do desejado desenvolvimento dado às diferentes modalidades desportivas por que optaram — futebol, chinquilho, atletismo e ténis de mesa — os dedicados dirigentes do «Andorinha» têm dilatado igualmente a sua acção aos campos cultural e beneficente, sectores que não menos prestígio têm granjeado para o popular Clube.

47. *Grupo Dramático e Escolar «Os Combatentes»*

O Grupo Dramático e Escolar «Os Combatentes» foi fundado em 30 de Setembro de 1906, fixando a sua primeira sede na Rua do Possolo, n.º 6, artéria em que ainda se encontra, ocupando o prédio que tem o n.º 9.

No decurso da sua existência é digna de registo a acção desenvolvida pela secção escolar, sendo também de apontar a sua actividade excursionista e o desporto, onde tem conquistado posições justamente galardoadas. Mas, as honras vão principalmente para a secção dramática, a que mais tem concorrido para o prestígio da popular colectividade de Campo de Ourique.

A revista, a comédia, o drama, a farsa, as variedades, concorrendo para uma acção educativa de grande valor, deram lugar à formação, no seu pequeno palco, de artistas como: Maria Clara, presença honrosa no teatro, no cinema, na rádio e na televisão; Aida Baptista, assinalado valor no teatro de revista e que, como artista de cinema, marcou a sua presença na película «O Fogo»; Varela Silva, actor, escritor teatral e encenador; Alexandre Rainha, actor, encenador e bailarino que tem o seu nome ligado do Grupo Cénico Infantil de «Os Combatentes», e Paulo da Fonseca, actor cómico, encenador e escritor teatral.

Zacarias da Silva

O costume da mudança de residência

Em Julho do ano passado, publiquei nesta secção (pp. 137-138) um pequeno apontamento, intitulado *O gosto da mudança de residência*, em que reproduzia algumas referências curiosas a um hábito (chamemos-lhe assim, à falta de melhor designação), mantido pelos Lisboetas durante cerca de século e meio, pois surgiu após o terramoto de 1755 e caiu em desuso pelo fim da primeira década da nossa centúria.

O facto de na Primavera e no Outono, normalmente nos meses de Maio e de Novembro, se visitarem casas para alugar, e que daria origem a mudanças nos meses respectivamente sequentes, constituía um espectáculo para os mirones lisboetas que em tal ocasião permaneciam, e que talvez no semestre seguinte se transformavam em actores dessa peça teatral — normalmente mais comédia do que drama, graças a Deus.

Na citada e breve nota recordei o testemunho de José Daniel Rodrigues da Costa, Rafael Bordalo Pinheiro, Sousa Bastos, Ramada Curto e Júlio de Castilho. Poderia ter invocado o comentário jocoso de Gervásio Lobato na *Comédia de Lisboa*, que Francisco Câncio reproduz na sua *Lisboa de Outros Séculos. Cem Anos de Pitoresco*, I vol, p. 64 ss., e bem assim um outro, mas agora sério, que o mesmo Gervásio Lobato fez em *O Ocidente*, de 1 de Dezembro de 1884, e que Câncio também transcreve no *Arquivo Alfacinha*, II vol., cad. IV, pp. 29-30 — comentário agreste sobre as malfadadas agências de aluguer, exploradoras deste costume alfacinha, e a subida discricionária das rendas.

O que saía das casas!

Então é que era observar, por bisbilhotice, admirar, por gosto, censurar, por maldade, rir e sorrir, por malícia, caluniar, por inveja, lamentar, por pena... O que saía das casas! Coisas ricas e velhas, pobres e novas, feias e úteis, bonitas e desnecessárias, partidas e inusitadas, inteiras e usadas.

Depois, durante duas ou três décadas, a curiosa circunstância diminuiu muito na sua intensidade até que, pelos anos trinta (como se diz em linguagem actual) deste século, ela se revigorou... por pouco tempo, valha a verdade. Foi o caso, que inquilinos espertalhões adoptaram o sistema patusco de alugar casa, demorarem-se uns meses cumprindo honestamente o contrato, e depois irem pouco a pouco atrasando o pagamento; quando os senhorios desiludidos resolviam pôr-lhes uma acção, eles abandonavam o poiso e iam

enganar outros. E isso deveria ser então fácil.

Lembro-me de certo dia em que um parente me pediu que fosse receber-lhe as rendas de um prédio cá de Lisboa. Com a petulância dos dezoito anos, encorajada pelas funções importantes de que fora encarregado, falei alto e grosso a um inquilino pouco disposto a pagar na altura; a resposta à minha atitude foi a ameaça de sair no mês seguinte... e saiu mesmo. Havia de ser hoje... Os tempos mudaram, mas quem tem casa é que se não muda!

Chega o momento de rescrever aqui um trecho de Júlio de Castilho sobre o pitoresco costume da mudança de residência — que vale ler-se por ser de quem é, mas que me parece de lógica claudicante (*Lisboa Antiga, Bairro Alto*, 3.ª edição, v vol., pp. 357-358):

> «A propósito: há nos usos lisbonenses uma coisa que dificilmente se explica: de onde provém esta mania semestral das mudanças? O que obriga tantas e tantas famílias à faina da peregrinação com os trastes às costas? Pois a população não acerta afinal com a residência que lhe convém? Admite-se a mudança por morte do chefe da família, por transtornos domésticos, por conveniência de lugar, e por outras causas; são casos *esporádicos*. Mas este reboliço *epidémico* de Junho e Dezembro, esta geral contradança periódica tornada perene, não a sei motivar senão pelo descontentamento que as pousadas influem nos habitantes . O desconchego não os anima à permanência. Melhorem-se os lares, tornem-se higiénicos, tornem-se baratos, e cessará o mal-estar.»

Paulo Caratão Soromenho

Cidadela de Cascais

Teve a zelosa Direcção do Grupo Amigos de Lisboa, no passado Verão, a boa iniciativa de promover a visita dos seus associados à cidadela de Cascais. Associámo-nos, gostosamente, à visita levados por particulares motivos de curiosidade: reconhecer a alcova, onde, a 19 de Outubro de 1889, faleceu El-Rei D. Luís, momento histórico que descrevo no meu livro «D. Carlos e os Vencidos da Vida»; percorrer o paço tão estimado pela pessoa de El-Rei D. Carlos, donde esse amigo do mar partia, com aprazimento, à exploração do próprio mar e a promiscuir-se confiada e amigamente, por manhãs luminosas, com os pescadores rudes da pitoresca praia de Cascais de há perto de 70 anos, e que na Família Real encontraram desvelados protectores.

Dominado pelos descritos motivos de interesse, notei a diferença que no paço da cidadela existe entre a linha geral, simples, modesta da residência régia de limitadas dimensões, e as salas de jantar e de bilhar, opulentas no seu revestimento de boa madeira. Na casa de jantar o fogão, que ostenta as armas de Portugal e as de França, atesta ser feitura de artístico arranjo, obra realizada no reinado de D. Carlos I. Mas, em que ano do reinado?

Há dias, percorrendo, no Arquivo do Ministério das Obras Públicas, o livro de registo da 1.ª Repartição, relativo ao primeiro trimestre de 1889, deparou-se-nos o registo que responde à nossa interrogação — 18 de Fevereiro de 1899 —: Autorizado pelo Ministro das Obras Públicas (Elvino de Brito) o dispêndio de 13.859$00, com a obra de reconstrução e decoração da sala de jantar e sala de bilhar do Real Paço da Cidadela de Cascais.

F. A. d'Oliveira Martins

ÍNDICE

DO 30.º VOLUME

1968

Actividade Cultural referente ao ano de 1968 231

Apresentação do Segundo Volume dos «Contos Populares e Lendas» Coligidos por Leite de Vasconcellos, pelo *Dr. Paulo Caratão Soromenho* 181

«Feira da Ladra» 240

Índice de *Olisipo* (N.os 1 a 120: 1938 a 1967):
- Considerações Preliminares 5
- Índice dos Autores 7
- Índice dos Artigos Não Assinados, Documentos e Transcrições e Artigos Anónimos Insertos na Secção «Feira da Ladra» 43
- Índice dos Assuntos, e Adenda Consagrada à Acção Cultural do Grupo 51
- Índice das Ilustrações 133

Lisboa Vista pelos Estrangeiros, por *J. E. S.* 192

Finharanda Gomes, pelo *Dr. Paulo Caratão Soromenho* 196

Plano Director de Lisboa: Mensagem do Grupo «Amigos de Lisboa» à Excelentíssima Câmara Municipal de Lisboa 173

Poesias Olisiponenses, por *Teodoro Lopes Ramos (impressão póstuma)* e *Christina Bérens Freire* 223

Relatório da Junta Directiva e Parecer da Comissão de Contas, relativos ao exercício de 1967 225

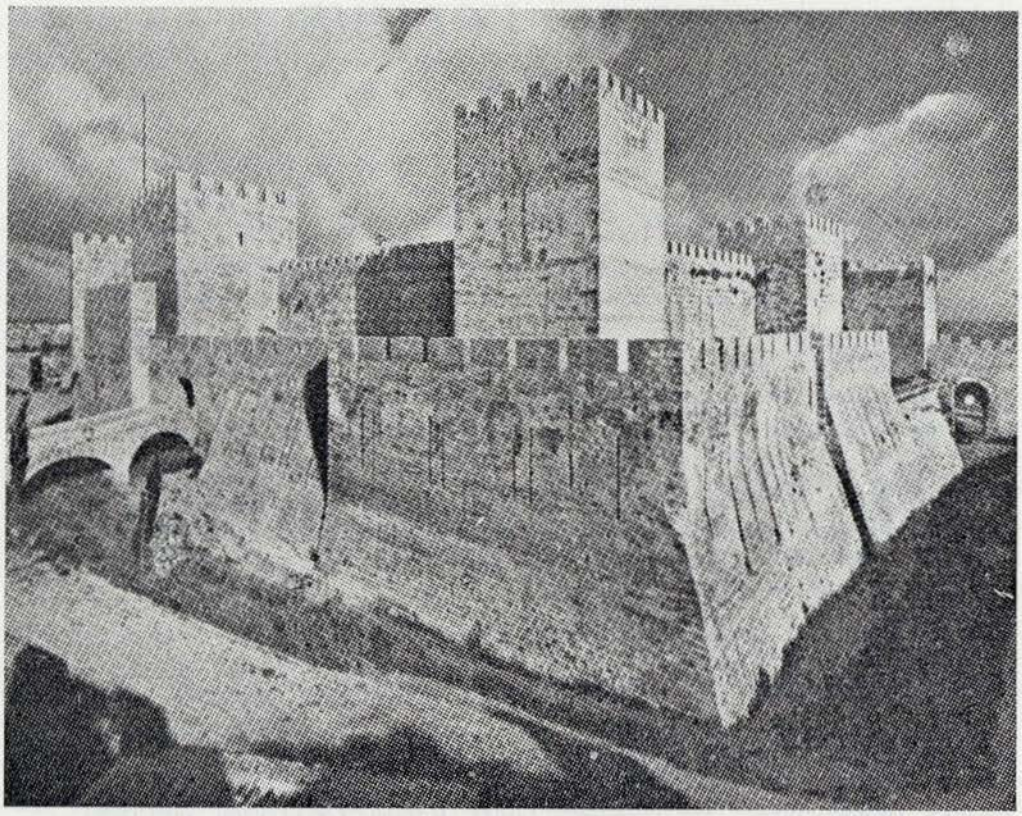
Situação de Santo António na Filosofia Portuguesa, por *Pinharanda Gomes* 198

Visita aos Olhos de Água, pelo *Eng.º Amílcar de Melo* 218

Capas:

N.os 121/122 — Emblema do Grupo, desenho de *Almada Negreiros.*
N.os 123/124 — Uma Quinta dos Olivais — Desenho de *José A. Videira.*

Vinhetas de *Figueiredo Sobral* e *José A. Videira*



ALGUMAS EDIÇÕES AINDA À VENDA

	PREÇOS	
	Sócios	Público
O Campo de Santa Clara, por *António Ribeiro da Silva e Sousa*...	13$50	15$00
Casas onde, em Lisboa, residiu Almeida Garrett, por *Henrique C. Ferreira Lima*	18$00	20$00
A Cor de Lisboa, colaboração de vários autores...	18$00	20$00
O «Diário de Notícias» e o Século XIX, por *Luís Teixeira*...	4$00	5$00
Fantasias sobre a Origem do Nome de Lisboa, pelo *Eng. A. Vieira da Silva*	18$00	20$00
A Irmandade de S. Lucas, por *F. A. Garcez Teixeira*	18$00	20$00
Lisboa (Comédia), por *Gustavo de Matos Sequeira*	18$00	20$00
Lisboa de Outrora (2.º e 3.º vols.), por *Tinop* — cada	18$00	20$00
Olisipo Berço do Periodismo Português, por *Alfredo da Cunha*	13$50	15$00
A Ponte de Alcântara e suas Circunvizinhanças — Notícia Histórica, pelo *Eng. A. Vieira da Silva*	18$00	20$00
Ronda e Silva de Lisboa Velha, por *António Ribeiro da Silva e Sousa*...	9$00	10$00
Urbanização de Lisboa, colaboração variada ...	4$00	5$00
Pina Manique — O Político o Amigo de Lisboa	31$50	35$00
O Colégio de «Jesus» dos Meninos Orfãos da Mouraria	18$00	20$00
O Romance de Almeida Garret Nesta Lisboa	18$00	20$00

As últimas três obras são da autoria do Prof. F. de Assis de Oliveira Martins

GRÉMIO DOS ARMADORES DE NAVIOS DE PESCA DO BACALHAU

ORGANISMO CORPORATIVO

Criado pelo decreto-lei número 26 106, de 23 de Novembro de 1935, ao qual compete fomentar a indústria da Pesca do Bacalhau

A

LEGAL & GENERAL

agradece aos

«AMIGOS DE LISBOA»

a preferência que lhe têm dado para os seus contratos de seguros

Capital e Reservas

800 MILHÕES DE LIBRAS

CORRESPONDENTE:

Rua da Madalena, 80, 1.º — LISBOA

SENA SUGAR ESTATES, LTD.

PLANTAÇÕES E FÁBRICAS DE AÇÚCAR EM

LUABO e MARROMEU

•

PROVÍNCIA DE MOÇAMBIQUE

BEBA

CERVEJA SAGRES

A SEDE QUE SE DESEJA

CASA AFRICANA

•

PREÇOS FIXOS E MARCADOS EM TODOS OS ARTIGOS

•

ON PARLE FRANÇAIS

•

ENGLISH SPOKEN

Secção de Alfaiataria e Camisaria para Homens e Rapazes. Modas e roupa branca para Senhoras e Crianças. Sedas e Veludos, Lãs, Malhas, Algodões, Cintas e Soutiens. Decorador-estofador. Peles confeccionadas e a retalho. Retrosaria. Luvaria, Perfumaria e todos os artigos para HOMENS, SENHORAS E CRIANÇAS

•

Rua Augusta, 161 – Telef. 32 42 64 - 65 P. B. X.

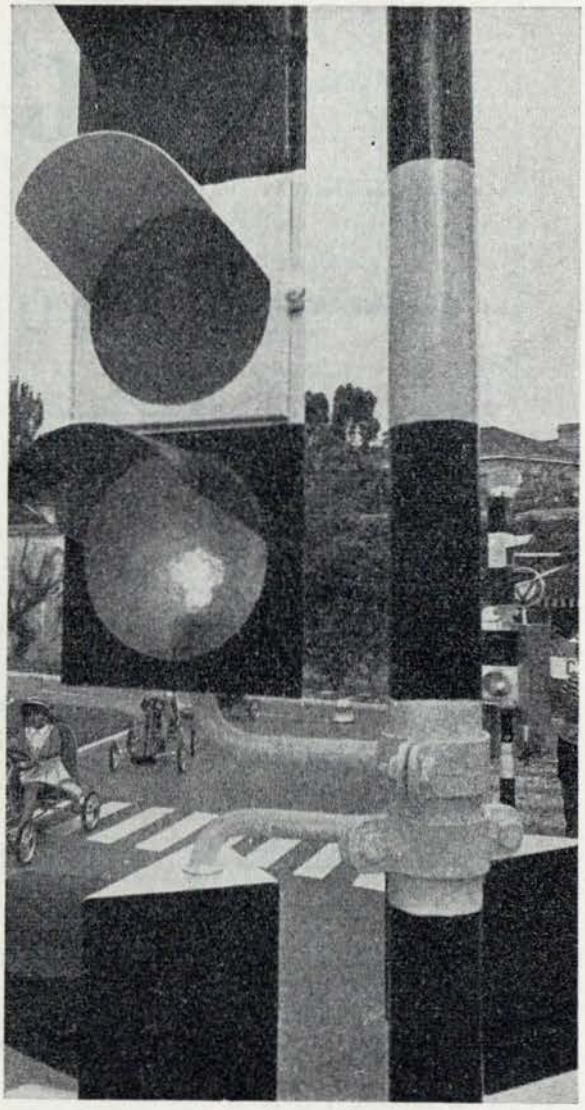
LISBOA

Rua Sá da Bandeira, 166 – Telef. 1361 P. B. X.

PORTO

Edifício do Cruzeiro — ESTORIL

os nossos filhos vão a pé para a escola...



... amanhã irão de automóvel para o emprego e com os nossos netos para ferias.

E' uma longa viagem!

Para as 60.000 crianças que já passaram pelo CENTRO MOBIL DE TRÂNSITO no Jardim Zoológico, o caminho tornou-se mais seguro.

Mobil Oil Portuguesa

COMPANHIA DE DIAMANTES DE ANGOLA

(DIAMANG)

Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada

Com o capital de

ESC. 294.100.000$00

•

Pesquisa e extracção de diamantes

na

PROVÍNCIA DE ANGOLA

em regime de exclusivo

•

Sede Social: LISBOA, Rua dos Fanqueiros, 12-2.° – Teleg. DIAMANG

Presidente do Conselho de Administração
e
Administrador-Delegado
Dr. Guilherme Luísello Alves Moreira

Presidente dos
Grupos Estrangeiros
Le Baron Pierre Bonvoisin

•

DIRECÇÃO-GERAL NA LUNDA
Director-Geral
Eng. João Augusto Bexiga

REPRESENTAÇÃO EM LUANDA
Representante
Dr. Sílvio Guimarães

LATINA

TRADIÇÃO E
PROGRESSO

Banco Borges & Irmão

PORTO: RUA SÁ DA BANDEIRA, 20
LISBOA: LARGO DE S.JULIÃO, 1-2
AGÊNCIAS EM TODO O PAÍS
CORRESPONDENTES EM TODO O MUNDO